

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

"REORGANIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS:
O ESPAÇO PÚBLICO DO RITUAL"

NELSON POPINI VAZ

Orientador: Prof. Dr. Hélio Romito de Almeida

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis, SC

Março de 1990

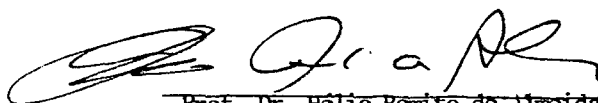
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

"REORGANIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS:
O ESPAÇO PÚBLICO DO RITUAL"

NELSON POPINI VAZ

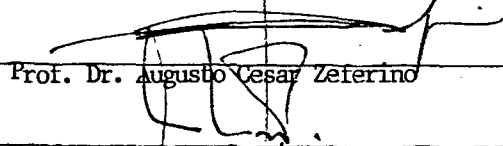
Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 04/04/1990.




Prof. Dr. Hélio Romão de Almeida

- Orientador



Prof. Dr. Augusto Cesar Zeferino



Prof. M. Sc. Ivo Sostisso

Florianópolis, SC.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - TRINDADE - CAIXA POSTAL 476
CEP. 88049 - FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA
TEL. (0482) - 33.1000 - TELEX: 0482 240

FICHA CATALOGRÁFICA

(Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina)

V393_r Vaz, Nelson Popini

Reorganização da área central de Florianópolis: o espaço público do ritual. -- Florianópolis : O Autor, 1990.

101f. : il. -

Dissertação (mestrado)-UFSC, Curso de Mestrado em Geografia, 1990.

Bibliografia: f.98- 101.

1. Urbanismo: Florianópolis. I. Título.

CDU 711(816.406.02)

ÍNDICE PARA O CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Urbanismo: Florianópolis 711(816.406.02)
2. Planejamento urbano: Florianópolis 711(816.406.02)
3. Florianópolis: Urbanismo (816.406.02)711
4. Florianópolis: Planejamento urbano (816.406.02)711.1

AGRADECIMENTOS

Agradeço em particular a colaboração de companheiros de trabalho como Roberto Gonçalves da Silva e Sônia Afonso, ao professor Roberto Lobato Correa e ao meu orientador Prof. Hélio Romito de Almeida.

ÍNDICE

Resumo	vi
Abstract	vii
Introdução	2
1. A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O CENTRO HISTÓRICO	5
1.1 O Sítio Urbano	6
1.2 A Origem	7
1.3 Delimitação do Centro Histórico	16
1.4 A Formação do Centro Histórico	20
1.4.1 Antecedentes Econômicos	21
1.4.2 Periodização Histórica	24
2. O PROCESSO DE MUDANÇA	27
2.1 Modernização e Reorganização Espacial	28
2.1.1 Centralização dos Serviços Públicos	32
2.1.2 A Integração Rodoviária	34
2.1.3 O Turismo	37
2.2 As Tentativas de Intervenção	41
3. USO ATUAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	48
3.1 O Cotidiano	49
3.2 Os Rituais Coletivos	60
3.2.1 Os eventos tipo CONSUMO	66
3.2.2 Os eventos tipo PARTICIPAÇÃO	70
3.3 A Modernização da Esfera Pública	88
4. CONCLUSÃO	92
Bibliografia	98

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Desterro em 1785 (La Perousse)	8
Figura 2 - Planta do Desterro em 1823	11
Figura 3 - Desterro em 1803 (Krusenstern)	13
Figura 4 - Planta do Desterro em 1876	15
Figura 5 - Delimitação do Centro Histórico	19
Figura 6 - Localização de Praças e Ruas	55
Figura 7 - Espaços Públicos do Centro	57
Figura 8 - A Quebra do Cotidiano por Passéata	59
Figura 9 - Comício em Novembro de 1989	61
Figura 10 e 11 - Eventos na Praça XV de Novembro	63
Figura 12 e 13 - Comícios na Praça XV de Novembro	64
Figura 14 - Plantas de Localização dos Comícios	67
Figura 15 - Comício e Show no Adro da Catedral	69
Figura 16 - Campeonato de Fórmula Ford	71
Figura 17 e 18 - Corrida de Fórmula Ford	72
Figura 19 - Planta com Eventos do Carnaval	74
Figura 20 e 21 - Baile Público de Carnaval	75
Figura 22 - Baile Público do Carnaval de 1988	77
Figura 23 - Planta com Eventos Cívico e Esportivo	79
Figura 24 - Planta do Percurso da Procissão de C. Christi	82
Figura 25 - Planta do Percurso da Procissão dos Passos	82
Figura 26 - Planta de Localização do Sermão das Missas	84
Figura 27 - Procissão de Corpus Christi	87

RESUMO

Esta dissertação sobre o uso do espaço público no Centro Histórico de Florianópolis tem por objetivo contribuir para o conhecimento da realidade encontrada nas cidades brasileiras.

Primeiramente, ao delimitar o objeto de estudo, busca expor as linhas gerais do processo histórico de produção de sua forma física atual. Expõe uma periodização econômica sugerida por especialistas e procura seus reflexos no objeto de estudo.

Analisa com maior profundidade as características da modernização e sua repercussão no espaço do Centro Histórico. Avalia a natureza e o resultado das intervenções estatais nos seus espaços públicos.

Procede de modo empírico ao registro das atividades nestas áreas de praças, ruas e logradouros destacando os ritos coletivos como indicadores de resistência à mudança cultural.

A conclusão nasce como produto da racionalidade aplicada ao conhecimento do processo de modernização que aponta a comunicação como função específica para estes espaços. As alternativas de intervenção espacial apontadas na conclusão objetivam revitalizar esta função em favor do crescimento da prática participativa dos cidadãos em âmbito democrático.

ABSTRACT

This work is about public spaces in terms of uses and purposes to give some support to urban policies and projects with applications to the downtown area of Florianopolis, SC, Brazil.

At first, in order to outline the limits of the given area under study, the general trends of its historical process in introducing the present form are clarified. Periods of its economic evolution, suggested by specialists are described, as well as the outcomes of such processes in terms of urban space changes.

The main lines of modernization and its repercussions on the downtown public spaces are analysed. The public policies and the results of governmental acts on these sites are evaluated. The urban activities in squares, streets and parks were analysed to gather informations concerning the significance of collective behavior in cultural change.

Rational methods led to the conclusion considering communication activities as the tendency to develop in these sites. Social conditions to implant proper policies depend on larger citizen participation and the sustaining of human contact.

The alternatives pointed out for spatial reforms are stated for the increase of democratic practices among the citizens of Florianopolis.

"... essas praças e adros dados pelos carnavais, pelas procissões e pelas malandragens, zonas onde o tempo fica suspenso e uma nova rotina deve ser repetida ou inovada, onde os problemas são esquecidos ou enfrentados; pois aqui - suspensos entre a rotina automática e a festa que reconstrói o mundo - tocamos o reino da liberdade e do essencialmente humano. É nessas regiões que renasce o poder do sistema mas é também aqui que se pode forjar a esperança de ver o mundo de cabeça para baixo."

Roberto da Matta

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi executado com a intenção de contribuir modestamente para o conhecimento da realidade encontrada nas cidades brasileiras. Dirige-se fundamentalmente aos profissionais e estudantes que se aventuram à investigação, dentro do campo de conhecimento do Urbanismo e da prática técnica do Planejamento Urbano no Estado de Santa Catarina.

Avaliação feita sobre a produção neste campo por pesquisadores como Lamparelli (1978) aponta como característica básica a separação existente entre teoria e prática, "... transformando esta última em um amontoado de técnicas a serviço de objetivos incompatíveis com as formulações originais." (p.104)

Por constituir-se necessariamente em prática interdisciplinar o exercício do Planejamento Urbano enfrenta os desafios decorrentes do pioneirismo que se apresenta para este tipo de atuação, ainda incipiente no país. Não há ainda um registro organizado da produção de conhecimento a nível nacional neste campo, além da insuficiência de trabalhos aplicados à pesquisa empírica. Efetivamente, a maior dificuldade é a persistência de estruturas de organização administrativa resistentes às práticas integradas e interdisciplinares.

As instituições de planejamento urbano e regional, sujeitas aos ventos da política partidária frequentemente limitada ao imediatismo vêm seu horizonte reduzir-se temporariamente aos mandatos do poder executivo municipal ou estadual. Padecem de persistente distanciamento em relação às comunidades a que devem servir. As definições e diretrizes oriundas deste setor da administração pública, graças ao processo centralizado de decisões a que estão submetidas, não encontram apoio suficiente na sociedade civil, ampliando as barreiras à sua execução.

Desta forma a prática da gestão do espaço urbano faz-se ao sabor do pragmatismo e das rotinas burocráticas, enquanto que os planos de desenvolvimento são referenciados em fórmulas importadas.

A superação das dificuldades a nosso ver começa com a produção de conhecimento empírico em dois campos: das ciências sociais enfocando o processo de urbanização; das técnicas de gestão investigando metodologias adequadas ao planejamento local e regional.

Procuramos inserir este trabalho numa linha de pesquisa em consolidação no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, seguindo a orientação exposta, contando com contribuições de outros pesquisadores nela engajados.

Não se trata portanto de uma tarefa isolada, embora individual.

A escolha do tema decorre, além do exposto, de antiga curiosidade em relação ao destino das atividades coletivas de praça pública no contexto avassalador da modernização, suscitado pela sua vivência em algumas cidades médias e pela intuição de que estes locais privilegiados da prática cultural, que são os espaços públicos abertos, ainda têm um papel importante a cumprir no plano social. Decorre também da observação sistemática iniciada em estudo de caso no Centro de Osasco, SP, que suscitou questões que puderam somente agora ser respondidas.

Não se trata porém de comprovar hipóteses já estabelecidas. Busca-se explorar as tendências de mudança na apropriação social dos espaços públicos, a partir da racionalidade emergente do próprio processo de modernização, que aponta para direções já definidas. Busca-se verificar sua viabilidade através da observação de fatos e eventos ainda vivenciáveis nestes locais.

Seria talvez apropriado classificar este trabalho como um exercício de imaginação aplicado ao universo cultural da população de Florianópolis, em cujo Centro Histórico se situa o objeto de estudo. Poderá resultar, em sua sequência, num projeto de intervenção espacial.

A base conceitual foi construída com o auxílio da prática docente, que se dá neste campo, contando com a colaboração de professores de Urbanismo, de geógrafos que atuam neste mesmo campo, de outros pesquisadores e de leitura de textos recomendados pelo orientador e por outros professores deste Curso

de Pós-Graduação em Geografia.

Recorreu-se a textos e documentos cartográficos e iconográficos para esclarecer fatos históricos, sempre utilizados a partir de necessidades surgidas ao longo do processo de compreensão do universo estudado. Chegou-se a um texto expositivo complementado por fotos, imagens cartográficas e reproduções de gravuras antigas. Buscou-se principalmente compreender a dinâmica dos processos sociais, econômicos e culturais enfim, incidentes na urbanização desta área geográfica e que fossem explicativos da configuração observada.

A apresentação que segue evidentemente não dá conta de todo o universo estudado, mas segue normas definidas pela metodologia da investigação empírica, ensaiada na própria prática docente. O texto vai descrever fatos analisados a partir da estruturação teórica que, por sua vez, foi construída a partir da leitura e observação direta. Em sua primeira parte, a da formação do espaço físico do Centro Histórico, parte da configuração existente para compreender e expor o seu processo de construção e a seguir, ao focar o uso que a população faz dos seus espaços públicos, já apresenta as atividades ali exercidas a partir de uma ótica definida pelo embasamento teórico, isto é, aquela que prioriza a observação da forma de apropriação do espaço pelos cidadãos.

Não se trata de uma "obra aberta" pois conclui uma etapa de uma investigação que todavia prossegue.

Finalmente, não pode ter maiores pretensões que uma modesta contribuição individual, pois foi executado apenas com recursos próprios do pesquisador, inclusive financeiros. Esta limitação obrigou a sua execução sem as contribuições testemunhais dos participantes dos eventos descritos, restando apenas o testemunho do autor, suas reflexões e impressões pessoais.

O aprofundamento do tema deverá contar com o registro de observações dos participantes dos eventos, apurando os significados por eles atribuídos aos eventos e aos signos arquitetônicos presentes nos espaços públicos.

Florianópolis, março de 1990

"Once done, obviously it can never be repeated."

James E. Vance Jr.

1. A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FLORIANÓPOLIS E O SEU CENTRO HISTÓRICO

O exame da planta cadastral do centro da cidade de Florianópolis, apoiado no trabalho descritivo de autores como Cabral (1971), Peluso (1981) e do CEAG-SC (1980) demonstra, com o testemunho de fotos antigas, a modificação da arquitetura ocorrida nos últimos trinta anos. Praticamente, o que permanece quase intacto é o traçado das ruas e praças que conformam o espaço público de uso coletivo.

As atividades urbanas exercidas neste espaço sofreram grandes alterações, decorrentes das diversas etapas de crescimento e adensamento da cidade, foram deixando suas marcas, de forma a constituir hoje a sede principal da memória coletiva de seus moradores. A forma urbana resultante expressa sua História desde sua origem no século XVII.

1.1. O Sítio Urbano

O sítio urbano do centro de Florianópolis, segundo Peluso (1981) é caracterizado por uma formação geo-morfológica denominada "terraços", situados numa altitude média de 25 metros, chegando a 30 m na cabeceira da ponte Hercílio Luz. Estes terraços foram erodidos pelo mar e por córregos que formam pequenos vales entremeados por largos patamares. Esta formação facilitou a ocupação urbana cuja expansão, a partir do núcleo inicial, encontra obstáculos de fácil transposição, no mar calmo das baías e nas encostas pouco íngremes do Morro da Cruz.

A natureza geológica deste sítio de formação tectônica e não sedimentar-marinha, conforme Bigarella (1961), facilitou, sem dúvida, a verticalização da arquitetura. O sub-solo aqui é formado por camadas de rocha que permitem a edificação de prédios de maior porte, o que não ocorre em áreas aterradas sobre o mar das baías ou nos manguesais.

A amenidade do micro-clima local certamente contribuiu, junto com a condição de porto abrigado, para a escolha do sítio de fundação da povoação do Desterro no século XVII. O vento dominante de nordeste não chega a afetar grandemente o sítio, quebrado pelas colinas e pequenas edificações do início da povoação, transformando-se em brisa refrescante no verão. Os fortes ventos de sul correm pouco e são de curta duração para os padrões temporais da época, e, quando castigam as estreitas faixas de praia da baía sul, forçam as embarcações a abrigarem-se na baía norte, distante a uma caminhada a pé do porto.

A escala do Centro Histórico é, pois, a escala do pedestre determinando uma área, fragmento atual do Centro do Aglomerado Urbano, onde se vislumbra a predominância da circulação a pé, recuperando as relações mais estreitas e agora mais favoráveis do Homem com a Natureza.

A cidade deve preparar-se para isto, e efetivamente tem buscado esta reaproximação através de tentativas de reorganização espacial, embora trazendo restritos benefícios a uma minoria da população.

1.2. A Origem

Podemos hoje designar como Centro de Florianópolis a área da cidade compreendida entre as baías norte e sul, situada na ilha de Santa Catarina, tendo as encostas do Morro da Cruz no nascente e as pontes no poente. Esta área triangular de aproximadamente 300 hectares, atualmente ocupada pela urbanização densa que se sucedeu, foi encontrada por Antonio Dias Velho, bandeirante paulista que a elegeu para sede de sua propriedade. A existência de uma praia abrigada e de fontes de água potável ofereceram refúgio seguro a quem chegava viajando em pequenas embarcações a vela. É relativamente fácil reconstituir a imagem desta área com sua mata original, muito semelhante a inúmeras pequenas enseadas ainda despovoadas do litoral catarinense, compreendendo-se as razões que levaram o bandeirante a fixar-se aqui. Posteriormente requereu sesmarias na ilha, permanecendo até sua morte em 1689.

A localização da capela de Nossa Senhora do Desterro na pequena colina que domina a praça, no mesmo local onde hoje está a Catedral de Florianópolis, voltada para o mar, foi o gesto mais duradouro do fundador, confirmado pela arquitetura que o consagrou.

Ao que parece, jamais houve tentativa de modificar esta disposição espacial, ou mesmo de transferir atividades religiosas para outro local.

A praça colonial tornou-se o primeiro espaço público claramente definido como abrigo das atividades coletivas da pequena povoação original. Constituiu-se, pelas suas qualidades de porto de abastecimento, o polo inicial do povoamento desta região litorânea, reforçado posteriormente por funções militares.

A consagração desta forma urbana inicial deu-se com a intervenção do Brigadeiro José da Silva Paes, executor oficial da política de fortificação da costa sul da Colônia. O Brigadeiro aportou à ilha já na metade primeira do século XVIII, tornando-se responsável por projetos e construções militares, como as quatro fortificações que guarnecem as entradas das baías norte e sul. Iniciou também a construção da Matriz da vila do Desterro, segundo seu próprio projeto, no mesmo local onde estava a capela de Nossa Senhora do Desterro. Silva Paes construiu também, ao lado, a Casa de Governo, sede do governo da Capitania de Santa Catarina.

Estas importantes edificações de significação regional,



VEDUTA DELL' ISOLA DI S.^{TA} CATERINA.

L. Zanetti del.

Fig. 1 Gravura feita por ocasião da visita de La Perouse à vila do Desterro em 1785
Fonte: reprodução da gravura constante de publicação da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (1979)

juntamente com a Casa de Câmara e Cadeia e com o Quartel, emprestavam à praça principal da vila um sentido monumental. Em seu entorno já haviam moradias, conforme atesta a gravura de La Perousse de 1785. Junto à praia, na parte inferior da praça, fazia-se o comércio de gêneros. (Fig. 1)

Em apoio aos contingentes militares cuja missão era a defesa das fortificações neste período de confronto com a Espanha, a coroa portuguesa incentivou a vinda de imigrantes da Ilha da Madeira e dos Açores para o povoamento. Segundo Cabral (1970), vieram cerca de cinco mil açorianos para ocupar a costa sul desde São Francisco do Sul até Rio Grande. A maioria porém ficou na ilha de Santa Catarina e no Continente fronteiro, chegados entre 1748 e 1756, e distribuídos ao longo do litoral ilhéu e continental, formando núcleos pequenos também no interior. Dedicavam-se à pesca e agricultura de subsistência a princípio, abastecendo também a Vila do Desterro que contava com cerca de três mil habitantes e quatrocentas casas em 1785, segundo La Perousse. (1)

A função concentradora de imigrantes exercida pela vila, além de sede governamental, era parte da política de povoamento, conforme observa Peluso (1953) em seu estudo das raízes da forma urbana dos colonizadores. O destaque dado à praça não tem apenas um significado simbólico e monumental da presença do Poder, mas busca dar guarida às atividades coletivas da população imigrada e dispersa. Este fato atribui maior importância à localização e à forma atribuída aos espaços públicos dos povoados coloniais. Peluso (1953) chega a afirmar que "As povoações que

(1) O estudo do CEAC-SC (1980) estabelece o período que se segue à criação da Capitania de Santa Catarina em 1738, como o mais importante para a economia da região em seus primeiros tempos. Às atividades econômicas de subsistência anteriores, destinadas à manutenção do pequeno contingente de militares e burocratas que viviam na ilha, segue-se o desenvolvimento do comércio e de alguma atividade produtiva, que ensejou o crescimento da vila do Desterro como porto e como sede de próspera burguesia comercial. Desta atividade produtiva destaca-se a pesca da baleia, a produção de farinha de mandioca e a tecelagem de algodão e linho.

se fundaram no Brasil colonial não pretenderam a função urbana . Houve, pelo contrário, orientação de torná-las aldeias que concentrassem a população. (...) O plano para fundação das aldeias açorianas de Santa Catarina demonstra que, no século XVIII , o pensamento oficial era de agrupamentos em torno do espaço fronteiriço ao templo." (p.36 e 37)

A Provisão Régia de 9 de agosto de 1747 estabelecia com detalhes as regras para a construção dos espaços públicos : "No sítio destinado para o lugar se assinalará um quadrado para praça de quinhentos palmos de face, e em um dos lados se porá a igreja, a rua ou ruas se demarcarão ao cordel com largura ao menos de quarenta palmos, e por elas e nos lados da praça se porão as moradias com boa ordem, deixando umas e outras para trás lugar suficiente e repartido para quintais, atendendo assim ao cômodo presente como a poderem ampliar-se as casas para o futuro."(2)

A praça litorânea tornou-se então o centro principal da vila, seguindo o padrão da ocupação portuguesa para as suas colônias: a forma retangular medida a passo, a igreja situada no alto da colina e voltada para o mar, a localização lateral da Casa de Câmara e Cadeia, da Casa de Governo e dos pontos de comércio fixos, e o abastecimento na praia onde encostavam pequenas embarcações. Para adaptar-se ao relevo o modelo sofreu algumas adaptações: as ruas que se estenderam a partir da praça formavam malha retangular com base no paralelismo à praia e a própria praça foi adaptada à curvatura leve da praia, ganhando forma irregular.

(2) A colonização açoriana não parece ter deixado uma marca específica e identificadora de sua cultura na organização do espaço urbano do Centro Histórico de Florianópolis, apesar de constituir-se no fato mais importante desta etapa inicial de sua formação. Isto certamente decorre da relativa identidade cultural entre açorianos e vicentistas e, sobretudo, ao fato de que os portugueses dominavam e determinavam a organização política e territorial da colônia, através de instrumentos como a Provisão Régia de 1747.

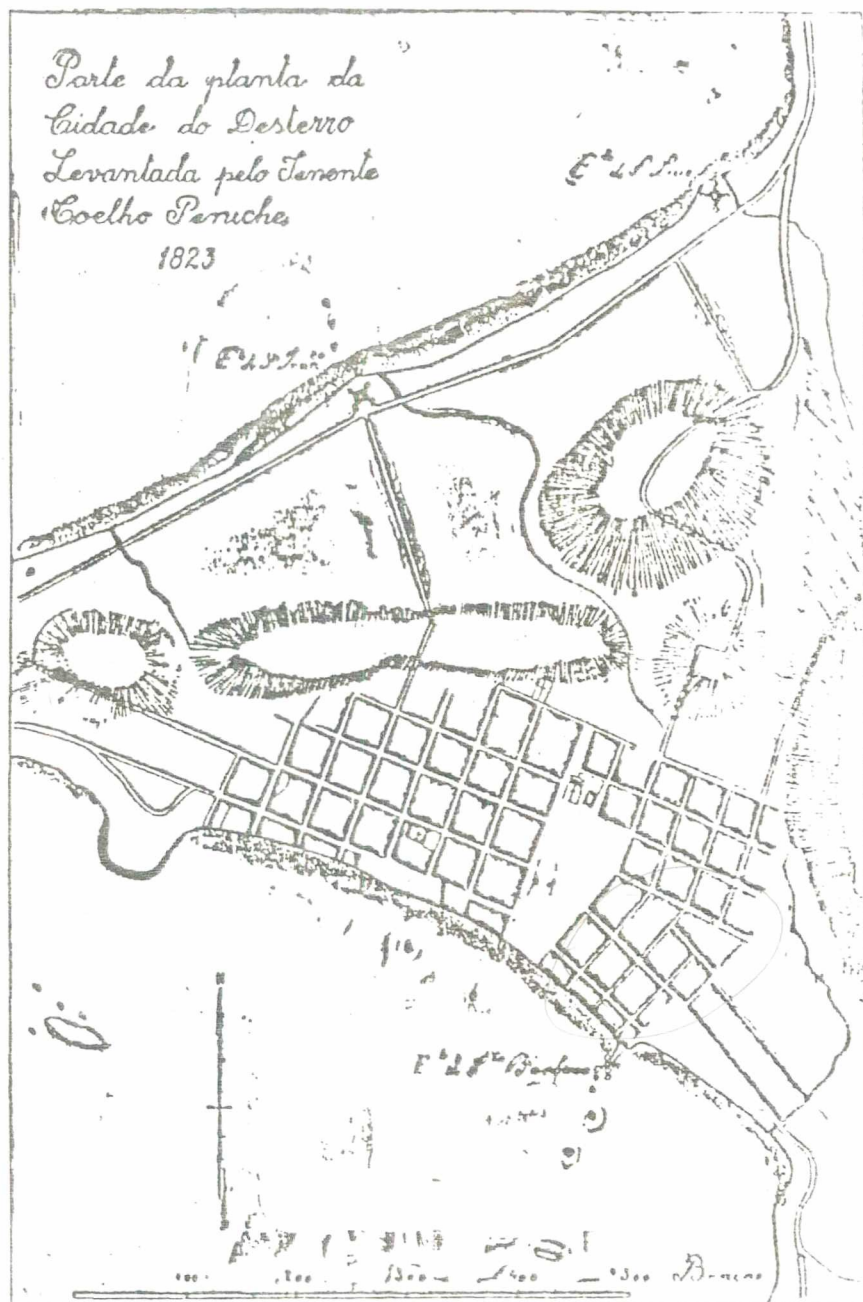
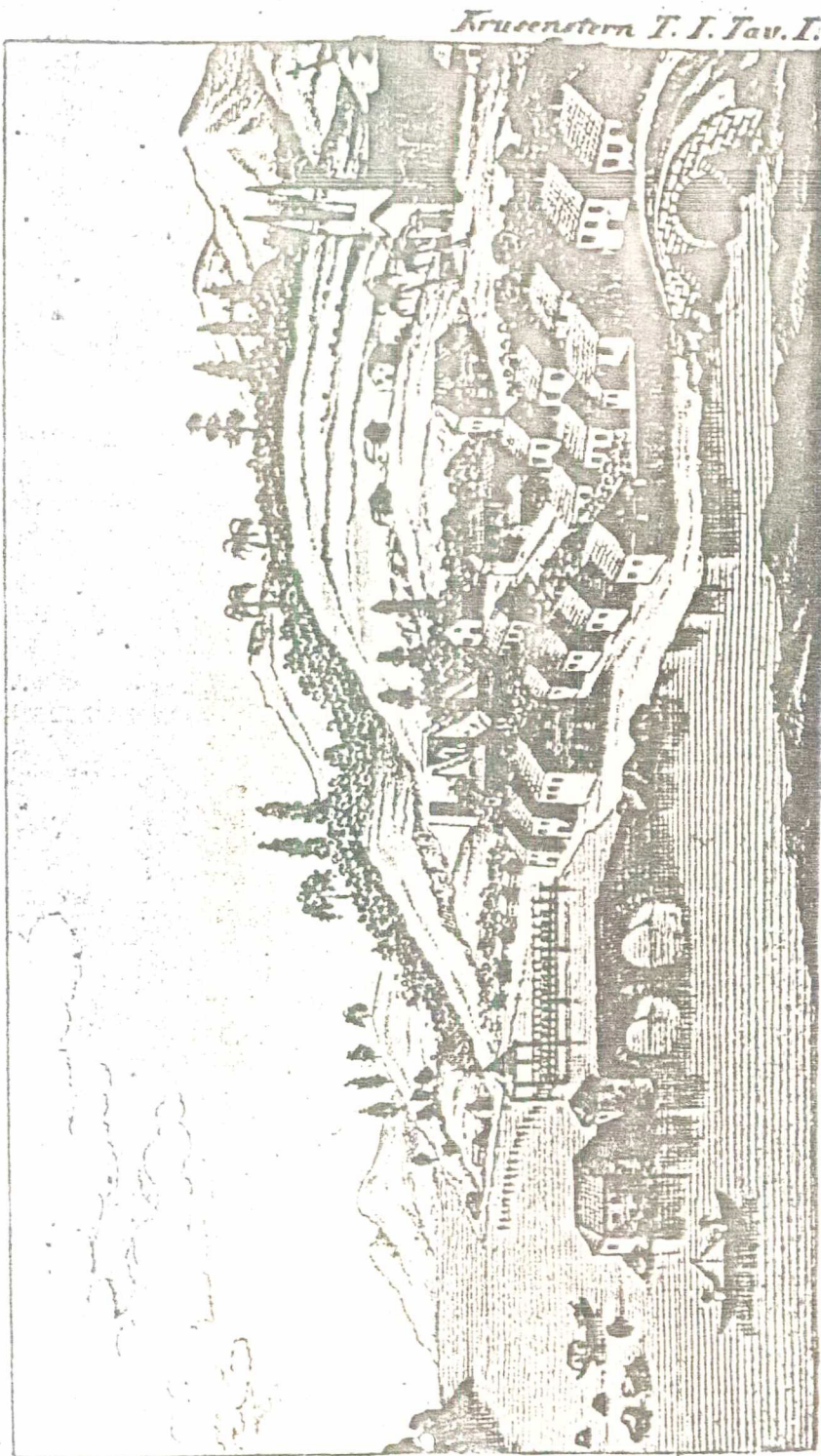


Fig. 2 - Parte da planta levantada pelo Tenente Coelho Peniche em 1823 e apresentada por Peluso (1953).

A planta da vila do Desterro levantada pelo Tenente Coelho Peniche em 1823 e apresentada com ressalvas por Peluso (1953) mostra a busca de regularidades da trama urbana e permite verificar a dificuldade de adaptação ao relevo. Permite indagar também se a forma retangular quebrada da praça em seu lado leste, bem como o arruamento estreito formando quadras menores neste trecho leste da vila teriam relação com a proteção do vento sudeste. Auguste Saint Hilaire (1836) e Wilmar Dias (1947) também fizeram observações quanto à adaptação do arruamento ao sítio geográfico, destacando a importância da praça e da igreja no conjunto. (Fig. 2)

Peluso (1953) introduz no estudo da formação física da vila o conceito de "plano urbano", referenciado em Pierre Lavedan e Georges Chabot, que lhe permite destacar a organização espacial e o sítio natural como elementos de análise. O plano urbano é tomado como a expressão física da organização do espaço da vila, compreendendo os espaços abertos e as construções. Com base na iconografia disponível como testemunho da época, como mapas antigos, gravuras ilustrativas da paisagem local e descrições publicadas em texto, formula uma hipótese de evolução urbana. Sua descrição utiliza-se daqueles elementos: "... o plano urbano com o crescimento da cidade, desenvolveu-se na tendência do traçado em xadrês, respeitando como centro, a praça fronteira à igreja e a orientação geral dada pela praia. Os primeiros arruamentos espontâneos adaptaram-se ao relevo a partir da praça, mas uma vez estabelecidos, os demais se subordinaram a ele sem tomarem em consideração morros nem ravinas." (p.12) Contudo, contesta a regularidade do desenho, certamente apoiado na observação direta das construções remanescentes: "No plano de Florianópolis (...) os ângulos retos são excessões. As quadras são irregulares. Os seus elementos principais são a rua da praia, a praça central, a igreja e os primeiros arruamentos que se adaptaram ao relevo. Com essa complexidade de influência, o principal elemento é a praça da igreja, pois que as ruas mais ou menos paralelas à praia devem chegar a ela." (p.12)

Cabral (1971) descreve com detalhes a gravura atribuída a La Perousse, identificando-a como o primeiro documento iconográfico sobre a vila do Desterro, apontando a inexistência ainda de arruamento definido. As primeiras ruas claramente definidas aparecem provavelmente no início do século XIX, conforme testemunho deixado por Krusenstern em 1803. A planta de 1819



**VEDUTA DELLA CITTÀ DI NUESTRA SENHORA DEL DESTERO
NELL'ISOLA DI S. CATERINA.**

F. Minieri coloré

Fig.3 - Gravura feita com dados do relato de viagem de Krusenstern (1803)

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

apresentada por Cabral (1971 - p.123) já mostra o arruamento perfeitamente definido e buscando obedecer à Provisão Régia de 1747. (Fig. 3)

A trama urbana com as ruas e praças, determinando a origem da forma de espaços públicos de Florianópolis consolida-se, pois, após a Independência em 1822, quando todas as Capitais provinciais assumem a categoria de Cidade.



Fig. 4 - Planta do Desterro atribuída a Schlappal e Lago (1876)
 Reconstituição cedida por Sonia Afonso

1.3. Delimitação do Centro Histórico

A delimitação da área central de Florianópolis remete à conceituação do que seja o CENTRO DA CIDADE. O povo a reconhece como o núcleo comercial da ilha de Santa Catarina, mas o conhecimento mais aprofundado de sua evolução histórica oferece uma delimitação mais abrangente, isto é, como sendo a área urbana que abriga maior número de funções. Os sociólogos a definem como sendo a área onde se acumula maior variedade e densidade de atividades. (Castells, 1974)

Tomaremos como referência para definição do Centro Histórico de Florianópolis o conceito de "Central Area", na forma como a literatura inglesa especializada o concebe, isto é, como sendo o "coração histórico da cidade", que representa o conjunto mais importante da área urbana no período que antecede a modernização. No caso de São Paulo, corresponde ao período pré-ferroviário (Cordeiro, 1980). Evidentemente o impacto do rodoviarismo no Brasil Meridional é muito mais forte que o ferroviário ocorrido anteriormente.

Florianópolis não sofreu diretamente o impacto do período ferroviário, como aconteceu com as cidades nascidas e desenvolvidas ao longo das ferrovias da região no século XIX, mas foi sacudida pela implantação do sistema rodoviário que se inicia na década de trinta e acentua-se após os anos sessenta.

Este conceito de área central com acento histórico é mais adequado à situação do Centro de Florianópolis, definindo com maior clareza os seus limites, do que o outro conceito emprestado da literatura geográfica norte-americana, também bastante utilizando: o de "Central Business District". O CBD refere-se a centro de negócios, envolvendo basicamente a localização centralizada de atividades de comércio, gestão empresarial e serviços (finanças, liberais e escritórios), excluindo os serviços públicos. Corresponde a um estágio mais avançado de segregação funcional, não encontrado ainda em Florianópolis.

Por outro lado o conceito de "área central" presta-se melhor à delimitação das áreas públicas de uso coletivo, espaços urbanos de comunicação inter-pessoal e que são o objeto básico da pesquisa.

A área ocupada pela cidade de Florianópolis antes do período rodoviário está registrada em plantas como as de 1876 (de Otto Carlos Schlappal e Antonio F. P. do Lago) e de 1926 (?).

Neste período de cinquenta anos a cidade mantém um crescimento orgânico (lento de adensamento), resultando em imagens cartográficas muito semelhantes. Ali podemos notar que o núcleo principal do assentamento estende-se a partir da praça (Largo do Palácio), para noroeste, tendo como eixo as ruas Felipe Schmidt e Conselheiro Mafra; para nordeste em direção à praça 7 de Novembro e para sudeste em direção ao Hospital de Caridade. Este núcleo define uma área urbana que corresponde hoje ao seu Centro Histórico. (Fig. 4)

Segundo Vance (1971) o caráter paroquial que a cidade norte-americana tem nos seus primórdios, enquanto povoado ou vila, é substituído pelo de centro regional. Os primeiros sintomas desta passagem de um estágio a outro são sentidos nos preços dos terrenos desta área (Centro Histórico), com a elevação e conseqüente estabelecimento de processos seletivos na implantação de novos empreendimentos e de crescimento. Vance chama a atenção para os processos de "exclusão" e de "segregação" que caracterizam a modulação da mudança do caráter das atividades centrais, a partir de mecanismos de mercado. É verdade que o referencial para a análise de Vance é o universo urbano norte-americano e canadense, mas há que destacar-se aqui a presença destes mesmos processos em meados do século XX. Vance chama de "exclusão" ao processo de expulsão de algumas funções tais como a habitacional, a industrial e a de comércio atacadista. "Isto significa que a localização de atividades tende a ser primeiramente determinada pela rentabilidade da função." (Vance, 1971: 114). Aquele autor identifica o processo de exclusão como sintoma de modernização. "Devido ao fato de que a exclusão de funções não-centrais é o resultado de uma limitação no suprimento de terrenos centrais, evidência do começo da exclusão (como dinâmica estrutural), serve como claro indicador de mudança da cidade, de um status menor ao de centro regional."

O conceito de "Centro Histórico" só é possível, pois, após o processo rápido e transformador da modernização, quando a lenta e orgânica evolução da cidade paroquial que antecede o período de modernização, cede lugar à aceleração do desenvolvimento, baseado na reestruturação física da cidade e sua expansão. A reestruturação obedece a outro modelo funcional, desagregando funções antes acumuladas no centro para localizá-las em áreas especialmente preparadas para cada uma delas.

A segregação de funções trabalha no sentido de aglutinar atividades assemelhadas expulsando as outras. Este processo

que num primeiro momento tende a setorizar as atividades no centro, num segundo momento pode especializá-lo num padrão predominante de atividades, segregando as outras e expulsando-as para outras áreas.

Embora o processo de modernização não tenha completado a transformação do centro de Florianópolis, pode-se verificar sintomas da exclusão e da especialização em toda a área identificada como central, isto é, compreendida entre as baías norte e sul.

O Centro Histórico, entretanto, será definido segundo os critérios expostos anteriormente como de autoria de Vance e retomados por Cordeiro. Sua delimitação obedecerá à área ocupada pela cidade de Florianópolis, em sua parte insular, nos períodos anteriores ao da modernização que se acelera a partir dos anos cinquenta. Portanto os limites do Centro Histórico são tomados como aqueles correspondentes à área ocupada pela cidade, constantes dos mapas de 1876 e 1922/1926. (Fig. 5)

BAÍA NORTE



BAÍA SUL

5 - Delimitação do Centro Histórico
Mapa original do GEIPOT

1.4. A Formação do Centro Histórico

O quadro físico espacial do Centro Histórico de Florianópolis forma uma paisagem em acelerado processo de mudança. Hoje ele reproduz toda a sua história transcrita nos espaços vazios e nas edificações, com seus significados diversos para a população, desvelados no estudo da memória da cidade.

Os testemunhos pouco a pouco se reduzem.

"Considerada em um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção." Milton Santos (1978)

A paisagem de toda esta área da ilha e do continente fronteiro sofreu alterações cumulativas nestes trezentos anos, em que o Centro Histórico guarda uma acumulação maior em sua ocupação, em termos de espaço e de tempo. A velocidade desta alteração aqui foi maior. O impacto em sua arquitetura muito mais intenso.

O centro explodiu.

Nossa consideração será feita a partir daquilo que vemos hoje nesta paisagem, buscando penetrar no passado em busca do entendimento sobre a formação desta imagem de cidade em sua trajetória no tempo.

1.4.1. Antecedentes Econômicos

O período histórico que vai conformar o Centro Histórico de Florianópolis, consolidando sua forma original e estabelecendo os fatores da modernização que se ensaiam a partir de 1930, corresponde ao do desenvolvimento da atividade portuária, quando se estabelece a hegemonia do capital comercial.

O desenvolvimento econômico da região do Desterro esteve, até então, na dependência de iniciativas estatais externas, particularmente advindas do Governo Central no Rio de Janeiro e provindas da Metrôpole, ou, posteriormente do Governo Imperial. Esta dependência modifica-se apenas após os surtos migratórios que dinamizam a economia da região. Após a colonização açoriana, ao longo da segunda metade do século XVIII, até a Independência, a economia local manteve-se ligada à pequena agricultura e à pesca da baleia, à produção de farinha de mandioca e à tecelagem de algodão e linho. Estas tentativas de desenvolvimento encontraram obstáculos na política de desestímulo da Metrôpole e sobretudo pela sua debilidade técnica e organizacional.

Maior impulso trouxe a imigração européia (alemães e italianos) que começa em meados do século XIX, já em pleno Império e fruto de uma política mais definida de ocupação territorial. O porto do Desterro centraliza então a maior parte da exportação dos produtos da região, como a farinha de mandioca, o milho, o feijão e o arroz, conforme o estudo do CEAG-SC (1980) que aponta novas funções: "Comerciantes e armadores mantinham relações tanto com o resto do país quanto com o estrangeiro, vindo a constituir parte importante da elite do Desterro." (p.96)

Com o crescimento da atividade portuária, através da importação e exportação de produtos da região, a população cresceu. O funcionalismo público que se ampliava com as novas funções de Capital da Província de Santa Catarina também contribuiu para a dinamização do seu mercado interno, conforme descreve Peluso (1981): "A administração pública tornou-se mais complexa, pois o Império cuidou, com mais zelo, de alguns setores que a Metrôpole descuidara. (...) A Província dispunha de Força Policial, serviços de justiça, socorros e saúde pública, funcionando na Capital a Assembléia Provincial." (p.22) Descreve também o meio social: "Os membros das firmas exportadoras e importadoras, os agricultores que abasteciam o mercado

22

dos produtos exportáveis e do consumo da vila e o restante do país, além dos funcionários públicos e os militares eram as pessoas abastadas: os artífices e pequenos empregados e a massa da população sem meio de vida definido, (...) constituíam o povo, os pobres." (p.23)

A estimativa de população para o Desterro em 1866, segundo o Governo Provincial (citado por Peluso) era de 6.474 habitantes, passando a 11.400 segundo o censo de 1890. "Mas a avaliação segura do aumento populacional foi feita no último decênio do século XIX, quando o censo de 1900 acusou a população de 13.474, estabelecendo a citada taxa (taxa média geométrica) ao nível de 1,68%." (p. 24 e 25) O autor descreve com detalhes as condições de transporte e acesso à Capital: o acesso principal era feito pelo transporte marítimo, através da travessia continente-ilha e através do transporte marítimo a longa distância, aportando nos trapiches próximos à Alfândega e à Praça da Catedral.

Se, no princípio, a praça abria-se para o mar, através da praia fronteira, onde atracavam as pequenas embarcações que abasteciam a povoação, após isto, em 1851, através de ato governamental, construiu-se o primeiro mercado público, no local onde o comércio se fazia mais intenso. Durante quarenta e cinco anos o mercado fechou a praça deste lado, embora o acesso ao mar se mantivesse pelo trapiche fronteiro à rua do Palácio.

A primeira medida descentralizadora veio a acontecer no final do século XIX, com a demolição deste antigo mercado e a decisão de construir um novo na rua do Príncipe (atual Conselheiro Mafra), distante cerca de trezentos metros da praça. As alegadas razões para a mudança são os incômodos do intenso movimento de comércio e abastecimento em vizinhança com atividade mais nobres. A praça assumia ares mais sofisticados, com o cercamento do jardim através de grades de ferro importados da Inglaterra, com a construção do monumento aos mortos na guerra do Paraguai, inaugurado em 1877. A praça cercava-se de sobrados com comércio e serviços no térreo e moradias no pavimento superior.

As ruas comerciais eram a rua João Pinto (antiga Augusta), Tiradentes (da Cadeia), Conselheiro Mafra (do Príncipe), Trajano (do Livramento), Deodoro (do Ouvidor) e Felipe Schmidt (Bela do Senado), junto ao largo do Palácio. Eram ruas de domí

nio absoluto dos pedestres, pois o sistema de transportes internos à ilha era baseado na tração animal, pouco intenso, conforme descreve Cabral (1971) "... nesta época, 1830, era certo haver carros e carroças no Desterro, pois as Posturas da Câmara dispunham que deveriam ser licenciados e numerados anualmente, no mês de janeiro. Não obstante, o tipo mais usado de transporte deve ter sido mesmo o cavalo, a montaria" (p.158)

Os pontos de interesse mais distantes da praça eram o jardim da Praia de Fora, no fim da rua Esteves Junior (do Passeio), a igreja do Menino Deus (junto ao Hospital de Caridade), o cemitério no alto da rua do Senado (atual Felipe Schmidt), todos distantes a quinze minutos a pé do Largo do Palácio. Constituíam-se nos limites da cidade.

A pavimentação e a iluminação pública iniciam-se na primeira metade do século XIX. "Antes de 1816 nenhuma das ruas do Desterro era calçada. Viveu Desterro às escuras, até 1837." (Cabral, 1971) Estas melhorias vão ampliar-se somente no final do século. Os transportes coletivos surgem em 1880, com linhas de bondes de tração animal. Entretanto, o principal sistema de transporte era o de carroças de aluguel com ponto no Largo e, posteriormente junto à Alfândega. Esta atividade não tem maior significado, pois, eram poucas unidades circulando pela ilha.

O acesso à cidade é proporcionado, até 1926, somente por navegação de pequeno porte. Assim, as estradas tinham menor importância e significado que os atracadouros, exceto nas imediações da cidade, onde davam acesso a freguesias e localidades próximas, tais como Trindade, Saco dos Limões e Pedra Grande. O isolamento das freguesias da ilha conferiu maior autonomia às suas populações: eram núcleos de pescadores e pequenos agricultores produzindo em regime de economia de subsistência, pouco dependentes do comércio desterrense em seu cotidiano.

No entorno da área urbana surgem as chácaras que, com os sobrados inúmeros que aparecem nas fotos e gravuras do final do século, marcam a presença de próspera burguesia. O comércio é a atividade principal da capital provincial.

1.4.2. Periodização Histórica

Podemos nos referenciar ao Centro Histórico de Flórida nópolis como sendo esta área ocupada pela cidade antes da "modernização" ocorrida principalmente após os anos cinquenta. Todavia não basta a descrição da cidade na época, pois, à sua forma física correspondia um uso por uma população em processo de constante mudança. Não nos interessa o espaço físico vazio, inanimado, mas a arquitetura sendo utilizada: o espaço vivo.

A periodização da História do Desterro faz-se necessária à compreensão dos surtos de crescimento e reorganização do espaço em função da economia regional. A formação do seu centro dar-se-á através de uma acumulação de fatos físicos ligados diretamente aos momentos de expansão econômica do país e da região. Oliveira (1982) distingue para a economia do Brasil quatro períodos onde se evidencia uma passagem abrupta da "acumulação primitiva" de capital mercantil para a hegemonia do capital industrial. Podemos sintetizar esta periodização como segue:

a) inicialmente, durante os primeiros tempos da colonização e até a Independência em 1822, os interesses comerciais eram intermediados pela Coroa Portuguesa, através da exploração extrativa centralizada em núcleos litorâneos. A urbanização é, ainda assim, pobre e incipiente;

b) ensaia-se a formação de uma burguesia local ligada à produção agrícola monocultora e exportadora (açúcar, café) e extrativa (ouro), organizada de forma autárquica (empreendimentos auto-suficientes e comandados de fora). A rede urbana amplia suas ligações com o exterior pela intensificação da exportação;

c) a passagem da hegemonia do capital comercial para o industrial ocorre de 1930 em diante, quando a burguesia comercial exportadora cede o poder à burguesia industrial. Esta assume a direção do Estado, conduzindo uma política de irrisolto apoio ao capital industrial identificada como de substituição de importações: trata-se de transferir excedentes do setor agro-exportador para o setor industrial e, ao mesmo tempo, regulamentar as relações capital-trabalho em âmbito urbano. As cidades tornam-se mercado de mão-de-obra para a indústria e serviços de apoio à indústria;

d) a transferência do poder para um setor dominado pe

los interesses do capital internacional a partir de 1950 e sobretudo após 1964, dá-se em nome do capitalismo monopolista tendo como consequência a formação das classes médias urbanas e a ampliação do terciário.

Esta periodização pode contribuir para o entendimento das causas remotas dos surtos de crescimento econômico da região em apreço. Evidentemente seus sintomas são mais evidentes nos grandes centros urbano-industriais do país, como no eixo Rio - São Paulo, em Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul. São mais claramente observáveis no estudo da ocupação territorial e na formação da rede urbana, porém explicam sobretudo as nuances das influências externas, tanto no plano da ação econômica dos grupos empresariais, quanto na ação do Estado através do Governo Central.

• Embora as iniciativas governamentais tenham um forte acento na intermediação de alguns governantes ilustres, eles correspondem a interesses específicos do empresariado rural ou industrial, traduzidos nos discursos como iniciativas de modernização ou posteriormente de desenvolvimento.

A vila do Desterro antes da Independência guardava ao que parece, nos seus documentos testemunhais, as características de uma ocupação militar, pois tudo girava em torno do governo da capitania e da defesa do porto. Alguns historiadores como Cabral (1972) descrevem um quadro de pobreza e dependência de comandos militares externos. O apoio às operações de confronto com os espanhóis no sul da colônia obriga o deslocamento de tropas para Rio Grande e Sacramento, tornando a população fixa reduzida.

Críticas severas são transcritas de documentos militares e de viajantes estrangeiros sobre o sistema de defesa implantado por Dias Paes.

O quadro de estagnação altera-se após a chegada dos imigrantes açorianos e madeirenses na primeira metade do século XVIII. A vila não guarda em sua paisagem sinais de urbanização, a não ser pelo casario adensado e a presença de edificações de porte que aparecem nas gravuras da época.

Após a Independência, já no segundo período, intensifica-se a exportação e a burguesia local vai contribuir na alteração da paisagem com seus sobrados e chácaras. Surgem sinais claros de uma nascente vida urbana, com as carruagens, os bondes puxados a burros, com a iluminação pública de lampiões e

os calçamentos das ruas e da praça, testemunhados por imagens fotográficas do final do século. O perfil da cidade é reproduzindo pela litografia de Rohlacher e Schwartzner.

A praça do Palácio torna-se o jardim público da cidade fechado com grades de ferro importadas, monumentos e tratamento paisagístico: era o espaço adequado ao encontro e aos rituais coletivos. Ali se fazia o "corso" aos domingos e feriados permitindo contatos maiores da população.

Desterro passa à categoria de cidade em 1823, mas somente ao final do século terá uma imagem mais definida de centro urbano.

Após a Revolução de Trinta, o período de industrialização não traz reflexos maiores a Florianópolis, senão indiretamente com a ampliação dos serviços oferecidos pelo governo estadual. Os centros produtores estão longe e ligados diretamente aos grandes polos industriais do país contribuindo para a decadência da polaridade econômica antes exercida pelo porto exportador de Florianópolis.

A vida urbana nesta fase mantém-se pelo crescimento do setor público e pela manutenção da pequena produção agrícola e industrial local. Com isto o comércio da Capital torna-se sua atividade principal, crescendo bastante a partir da década de cinquenta. A cidade terá mantido sua paisagem quase intacta nestes vinte anos que sucedem a Revolução de Trinta, mas a partir da década de sessenta a transformação será sentida sobretudo na sua paisagem.

2. O PROCESSO DE MUDANÇA

Vamos examinar com maior profundidade a etapa histórica mais recente da formação do espaço urbano de Florianópolis, em particular das intervenções espaciais que sofreu o seu Centro Histórico nos últimos trinta anos.

Destaca-se no seu estudo a natureza dos fatores econômicos e políticos que resultaram em mudanças significativas da forma de ocupação espacial, marcando na arquitetura da cidade a ruptura com a cultura local e a história de sua gente.

As justificativas para as políticas de intervenção estatal no espaço estão fundadas em princípios de organização territorial que ao longo da modernização foram denominados de "funcionalistas."

A tais fórmulas ideais e abstratas opõe-se a necessidade da retomada do estudo empírico, apurando as raízes mais profundas do pensamento sobre a organização espacial. Elas estão no conhecimento a ser ampliado sobre a cultura e o momento histórico presente, que utilizado pelos atores sociais, poderá subsidiar o seu trabalho de planejamento.

2.1. Modernização e Reorganização Espacial

Após a Revolução de 30 o Estado passa a contar com a hegemonia do capital industrial iniciando-se um período de mudanças sociais e institucionais. O país tornou-se heterogêneo pois as transformações sociais não ocorreram em todas as regiões simultaneamente e os diferentes grupamentos sociais em organização acentuam suas diferenças. As mudanças são mais lentas no norte-nordeste e centro-oeste e mais rápidas no centro-sul, graças à influência maior da cultura européia trazida pelos imigrantes. Este diferencial não tarda a criar condições de vida melhores nas áreas urbanas do centro-sul do país estimulando a migração interna, sobretudo no sentido rural-urbano.

Os conceitos de modernização e desenvolvimento são utilizados como justificativa para as mudanças institucionais, para a política de concentração de recursos públicos em infraestrutura para a indústria em expansão nos grandes centros urbanos. Recursos são deslocados do setor agro-exportador para o setor industrial de forma tão abrupta que iniciam um processo de deterioração progressiva de suas infra-estruturas, sobretudo no ramo dos transportes: as ferrovias perdem aos poucos sua importância econômica, os portos e o sistema de navegação marítima regridem, cedendo lugar à interiorização proporcionada pelo sistema rodoviário. Essas duas décadas que medeiam a Revolução de 30 e o início do período desenvolvimentista (1950) constituem um período de modernização econômica e social do país preparando-o para o capitalismo monopolista.

A nova infra-estrutura de transportes, comunicação e energia proporciona maior integração à rede urbana: as atividades econômicas obedecem a diretrizes governamentais em escala nacional, em operações cujo comando é centralizado no governo federal. A centralização de decisões, recursos públicos e monitoramento das aplicações com repercussão espacial nas mãos do governo federal completa-se após 1964. O desenvolvimento passa a ser, no período autoritário militar, um objetivo estratégico em escala nacional. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento estabelecem as diretrizes políticas e econômicas, chegando a definir uma política de desenvolvimento urbano para o país.

Esta política estatal centralizada e as novas demandas de mercado decorrentes do surgimento das classes médias urbanas condicionam a reorganização territorial que se faz também pela intensa migração interna, inter-regional e intra-regional.

Estamos em presença de um quadro de redefinição da divisão territorial do trabalho.

O Estado de Santa Catarina mantém a sua estrutura agrária baseada no minifúndio produtivo durante a modernização, mas o crescimento populacional será orientado para algumas de suas cidades, onde a indústria se consolida, formando eixos localizados no vale do Itajaí, no nordeste do Estado, na região oeste e ao sul em torno de Criciúma.

A natureza do parque industrial do Estado, estruturado com predominância absoluta de pequenas e médias empresas, explica esta dispersão e interiorização, que acompanha e completa a atividade agrícola.

A região litorânea do Estado de Santa Catarina, antes pontilhada por núcleos pesqueiros e alguns portos de exportação da produção agrícola, como é o caso de Florianópolis, assume novas funções terciárias e de apoio ao setor industrial e de exportação de seus produtos.

A proletarização de parte da população urbana, bem como o crescimento das classes médias agora vinculadas ao secundário e ao terciário, promove o incremento do turismo na região litorânea, adensando antigos núcleos e adensando a ocupação linear da costa.

Florianópolis mantém a sua antiga função administrativa de Capital do Estado, frequentemente questionada em razão da excentricidade geográfica, sobretudo após o deslocamento dos centros de importância econômica para oeste. Todavia a existência de infra-estrutura já instalada para a administração estadual em Florianópolis e a melhoria dos sistemas de transportes e comunicações com todas as regiões do Estado parecem preservar a sua condição de Capital.

As suas instituições públicas cresceram com a reorganização institucional, que após o início da década de sessenta implantou-se em todo o país. Multiplicaram-se as empresas estatais e as de economia mista. O modelo para a implementação da reforma institucional é o mesmo trazido para as empresas de capital multi-nacional, reforçando e ampliando a reorganização social com base nas classes médias urbanas.

Oliveira (1982) afirma: "... o urbano hoje no Brasil são as classes médias, isto é, as cidades são por excelência - recuperando a questão da terciarização sob este ângulo - a expressão urbana dessa nova estrutura de classe, onde o peso das

classes médias emerge com enorme força, com enorme gravitação, tendo em vista o tipo de organização que o capitalismo internacional criou ao projetar suas empresas dentro da sociedade brasileira." (p.50)

Estas classes médias são definidas por aquele autor como sendo "... forte fração de trabalho improdutivo que são os gerentes, os gestores, os especialistas em mercadologia, enfim todo esse aparato de trabalho que está muito mais voltado seja para a realização do valor de mercadoria, seja para a circulação do capital e, portanto, não voltado diretamente às tarefas produtivas ..." (p.50)

Em Florianópolis, a reforma implantada na Universidade Federal e sua expansão, a implantação da sede da Eletrosul e o crescimento das estatais no âmbito estadual contribuíram para a formação de sua classe média.

Essas empresas certamente beneficiam-se da existência de mão-de-obra barata disponível para pequenos serviços, assim como as grandes empresas industriais melhoram suas taxas de lucro com a manutenção de baixos níveis salariais permitidos pela presença de enorme "exército industrial de reserva."

A grande parcela crescente da população peri-urbana, mantida à margem do crescimento econômico, forma uma parcela significativa da economia denominada "informal".

Essa população pobre em Florianópolis instalou-se em áreas próximas ao Centro Histórico, mas de difícil ocupação, como nas encostas dos morros, ou em áreas antes favelizadas. Habitam o Morro da Cruz, a Costeira do Pirajubaé e áreas mais distantes já na periferia do Aglomerado Urbano.

O processo de crescimento econômico portanto não se fez de forma completa, deixando de beneficiar amplas camadas sociais, o que o situa fora da conceituação de "desenvolvimento", conforme Eisenstadt (1969). Os sinais de miséria estão claramente marcados na paisagem urbana do centro de Florianópolis denunciando os sintomas da desigualdade social e do processo incompleto de desenvolvimento.

Por esta razão, deixamos de empregar o termo para adotar "modernização" como mais adequado ao processo de crescimento de Florianópolis, Ele denuncia a necessidade de superação das desigualdades sociais ainda presentes.

Os indícios mais evidentes da modernização, expressos

na arquitetura e no espaço urbano do Centro Histórico, já estão marcados em sua paisagem.

São a verticalização das edificações, a ocupação de todos os vazios, o avanço sobre o mar e as encostas, a construção de grandes obras de infra-estrutura e transportes, etc. Também transparecem mudanças nas atividades que a população exerce nesta área: o seu adensamento, a perda do sentido paroquial das relações sociais, a especialização em atividades comerciais, de serviços e gestão pública e o deslocamento da função residencial para fora.

A esta reorganização espacial do Centro Histórico correspondem processos externos que atingem todo o Aglomerado Urbano. Lobato Correa (1989) em seu estudo sobre o espaço intra-urbano das grandes cidades brasileiras aponta processos como "centralização/descentralização" e "coesão/segregação".

Em Florianópolis a centralização aparece com o reforço de suas funções regionais, com a integração rodoviária e dos sistemas de comunicação. A coesão surge com o crescimento do terciário e do turismo.

Expomos a seguir a correspondência destes processos com a reorganização espacial.

2.1.1. Centralização dos Serviços Públicos

A formação da rede urbana em Santa Catarina conta com forte contribuição da imigração européia que se localizou em colônias distribuídas pelos vales ao longo de todo o território catarinense. O trabalho de Etienne Silva (1978) busca apurar a forma da ocupação territorial em suas vinculações com o desenvolvimento econômico, sobretudo a partir de 1930, apontando a existência de sete regiões econômicas dentro do Estado de Santa Catarina. Apesar da relativa autonomia, estas regiões potencializam uma integração fundada na divisão territorial do trabalho, exemplificando a "homogeneidade na heterogeneidade." Esta forma específica de ocupação territorial, permitida pela participação da terra em minifúndio produtivo com base no campesinato, fora interpretada por outros autores como deficiência do modelo espacial e econômico e não como uma negação do modelo dominante nas demais regiões do país.

O Plano Diretor de Florianópolis (ESPLAN, 1970) expressa essa avaliação, buscando recuperar o caráter metropolitano para a Capital. Subjacente a esta intenção jaz o modelo urbano industrial vigente no período do "milagre": rede-urbana polarizada por um grande centro regional que superpõe funções administrativas-estatais e para-estatais com produção industrial e terciário superior.

Silva (1978) reafirma a especificidade catarinense criticando a superficialidade das análises anteriores: "Como estas formulações, todavia, têm um caráter setorial ou abordam periféricamente a rede urbana, não chegam a analisar historicamente as bases estruturais de sua formação e desenvolvimento." (p.5)

A rede urbana da região catarinense tem, ~~pois,~~ esse caráter mais homogêneo e desconcentrado, constituindo um setor da periferia dos centros urbano-industriais do país. Sua forma característica difere ao acentuar as estreitas relações cidade-campo, permitidas pelo minifúndio predominante, pela integração agro-indústria/pequeno proprietário-agricultor. As cidades são neste contexto regional catarinense, locais de concentração de população para o comércio e o lazer, o que acentua sua função antiga de espaços de comunicação da população.

O crescimento de alguns polos industriais no interior do Estado começa a definir, após os anos oitenta, a classe média consumidora. Sendo este o motor da redefinição funcional da rede urbana, induz o crescimento terciário e do turismo a partir de

então.

A capital do Estado, que já vinha respondendo a estas funções desde o auge do período portuário-exportador, reforça-as voltando-se com mais recursos para as necessidades de serviços do interior do Estado, agora convertido em seu mercado interno.

A centralização dos serviços públicos em Florianópolis foi acompanhada pela modernização do sistema de transportes e comunicações que, de certa forma, viabilizaram a integração de toda a sua região de influência.

A criação de agências regionais das instituições prestadoras de serviços, das estatais e das grandes empresas sediadas na Capital reforçou a integração da rede urbana catarinense, reafirmando o seu papel de centro gestor desta rede. Com esta condição a cidade se inscreve como "centro" no modelo teórico de Christaller, neste momento de redefinição funcional de toda a região, sem assumir entretanto a forma metropolitana.

2.1.2. A Integração Rodoviária

A transformação da cidade pela passagem da dominância estrutural do modo de transporte marítimo para o rodoviário segue uma direção firme e gradual, iniciando-se na década de 1920 e estendendo-se até os anos oitenta.

A primeira fase abre-se com a inauguração da ponte Hercílio Luz em 1926, quando inicia-se a decadência do porto, até a década de cinquenta. As atividades de comércio atacadista sofrem a concorrência de outras praças, pois as áreas produtivas agrícolas e industriais do interior do Estado estabelecem suas ligações diretamente com os grandes centros consumidores do país, particularmente com São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba, através da nova rede de rodovias federais. Florianópolis deixa de ser o entreposto exportador desta produção, porque esta função era garantida apenas por sua condição de porto marítimo, vendo-se prejudicada pela excentricidade de sua posição geográfica frente a esta nova rede de transportes.

A cidade mantém-se nesta fase pela sua tradicional função administrativa de Capital, reduzindo a atividade econômica no setor atacadista, mas mantendo o crescimento da pequena indústria, do comércio varejista, dos serviços, que são atividades de alcance micro-regional.

A construção da ponte pênsil, juntamente com as demais obras urbanas do governo de Hercílio Luz e a construção do aeroporto refletem a última fase do período portuário. Previa-se a ampliação do porto com um projeto de atracadouros em Sambaqui e com a construção de uma ferrovia ligando-o ao interior do Estado, obras que não chegaram a ser construídas.

O impacto daquelas obras na cidade faz-se sentir nos alargamentos das vias de acesso à ponte, no crescimento da frota de veículos auto-motores, no adensamento das atividades concentradas junto ao porto e na intensificação da circulação nas áreas públicas do centro. No governo de Hercílio Luz constrói-se também a avenida ao longo do Ribeirão da Bulha, saneando a área, e, a partir de então, amplia-se a pavimentação de ruas e iniciam-se obras de abastecimento de água e coleta de esgotos. São melhoramentos urbanos que buscam reafirmar a condição e o significado simbólico da Capital.

A Revolução de 30 vai redefinir as políticas e a importân-

cia da atuação do Estado no país. Marca uma expansão das tarefas governamentais no âmbito federal, devolvendo a primazia das atividades urbanas de Florianópolis ao setor público. Peluso (1981) já afirmava: "Até 1930 foi através do comércio que entrou na Capital o maior volume de recursos como atividade básica, seguida pelo setor público, passando este último, daí em diante, a aumentar a sua presença na composição da cidade." (p.28)

Aquele autor aponta o crescimento das atividades sociais do governo federal no campo assistencial e na regulação da relação capital-trabalho. Se antes já atuava através de órgãos arrecadadores, correios e guarnições militares, agora assume a previdência social a assistência aos trabalhadores.

O governo estadual antes já cuidava do trinômio "fisco-ordem pública-instrução" inspirado no período colonial e com alguns cuidados com obras viárias. A Revolução de 30 amplia esta responsabilidade ao campo assistencial.

O crescimento da máquina estatal devolve a Florianópolis seu dinamismo compensando a decadência da atividade portuária.

A segunda fase iniciada na década de sessenta marca a reintegração da Capital às atividades econômicas do Estado, paralelamente ao crescimento acentuado do setor público, com enorme repercussão sobre toda a região polarizada. Implantam-se progressivamente grandes obras infra-estruturais de transportes rodoviários, como as rodovias BR-101 (litorânea) e BR-470 (buscando o interior) no âmbito federal, pavimentam-se rodovias estaduais e ampliam-se os serviços de transportes. As cidades maiores são dotadas de avenidas, estações rodoviárias e sinalização de trânsito. Florianópolis continua a receber recursos estaduais e federais para a manutenção de seu status de Capital.

* Os anos setenta são para a Capital o coroamento do período do "milagre" ao receber grandes obras como aterro da baía sul, a ponte Colombo Sales, a avenida Beira-Mar Norte, as ligações com os balneários, etc.

Na década seguinte a cidade vai absorver os efeitos desta violenta reformulação viária, ampliando seu sistema viário e de transportes coletivos. O sistema de transportes por ônibus urbanos, reorganizado pelo GEIPOT estende-se a todo o Aglomerado Urbano, recebendo toda a infra-estrutura necessária: terminais, abrigos, sinalização adequada, fiscalização, novo equipamento rodante, etc.

A concentração de recursos em transporte reforça a polari-

zação do centro sobre toda a área conurbada reestruturando-a.

A valorização dos terrenos na área central cresce a partir da ampliação de sua acessibilidade a toda a região. Sua verticalização, com a construção das edificações com até oito pavimentos, dá-se rapidamente nestes vinte anos, substituindo os antigos sobrados e as chácaras: o que era cidade torna-se centro. Associados aos novos loteamentos de classe média com toda a infraestrutura que se estendem às áreas vizinhas, os equipamentos de transporte público e o sistema viário vão estruturar a nova forma urbana, estendendo a mancha tentacular pelos vales e pela orla marítima incorporando antigos assentamentos.

Embora a ampliação do tecido urbano dê-se de forma descontínua nas áreas periféricas do continente, tal não acontece na ilha, graças aos maiores recursos da Prefeitura da Capital e da assistência do Governo Estadual, o que lhe permite ensaiar uma ordenação mais adequada.

2.1.3. O Turismo

Os períodos rodoviaristas vão testemunhar o surgimento e a intensificação de uma atividade de grande impacto espacial, de corrente também da ampliação das chamadas classes médias urbanas: é o turismo. Embora seja uma atividade sazonal e periférica, o turismo estará presente também no centro da cidade, ampliando a demanda do comércio, serviços e lazer.

O turismo na ilha de Santa Catarina é canalizado para as suas praias, onde se realiza através do consumo massificado da "natureza" e, de certa forma, desprezando o consumo da "cultura" local, como acontece em outros centros turísticos do país. (1) Os aspectos de valorização e preservação da cultura de origem açoriana, embora lembrados constantemente por pesquisadores, são considerados secundários perante o ímpeto do consumo das praias. A pesca artesanal e a pequena agricultura dos antigos colonos açorianos será substituída pelos serviços de apoio ao consumo das praias e pela moradia secundária utilizada durante o curto período de verão.

O Estado, particularmente os executivos municipal e estadual, ofereceram apoio aos interesses imobiliários decorrentes e estimulados pela nova atividade. Ao "Plano Diretor dos Balneários" seguiu-se a aplicação de recursos em infra-estrutura turística. Pressionado pelo grupo econômico ligado ao turismo, o Estado passa a associar-se a ele na estimulação da atividade, criando uma empresa destinada a programar obras e a promover eventos destinados aos turistas, particularmente aos de maior nível de renda. Grandes eventos sofrem intervenção ou são criados pela Secretaria Municipal de Turismo, apoiada pela Santur.

A grande festa popular que recebe atenção do turista é o carnaval, sendo a sua sede principal as praças e as ruas da área

(1) Em Salvador e no Rio de Janeiro, por exemplo, os sítios históricos e as festas populares tornaram-se atrativos para o turismo. A riqueza do folclore que transparece nos rituais religiosos, no artesanato e na arquitetura destas duas antigas capitais do país são apregoados pela publicidade internacional especializada.

central. O interesse dos empresários da área do turismo volta-se para o evento que passa a ter sua dimensão mercantil. A Prefeitura Municipal de Florianópolis passa a ter a responsabilidade de apoiar o desfile das Escolas de Samba, cujo espetáculo torna-se progressivamente privatizado e comercializado via televisão.

Grandes eventos de caráter esportivo são criados, como os campeonatos de surf, vela, automobilismo, patrocinados por indústrias ligadas ao consumo de massa.

O fenômeno de metropolização de Florianópolis passa sobretudo a ser fruto desta nova função regional: sede de balneários, capital do turismo do sul do país. A acolhida aos turistas argentinos, uruguaios, paraguaios e chilenos, além dos gaúchos e paulistas e paranaenses, oferece uma dimensão internacional à nova atividade.

O caráter regional e internacional do mercado turístico desta região modifica a natureza do impacto espacial. Trata-se não apenas de ampliação da ocupação territorial por esta nova atividade, mas de uma mudança de qualidade e abrangência de mercado. Antes, até o início da década de 70, a ocupação dos balneários deu-se por residência secundária de habitantes da própria capital. As viagens eram curtas e a atividade turística mais frequente, até semanal. Isto confere uma relação diferente do turista com o lugar: maior envolvimento com a comunidade local e por isso maior responsabilidade civil em relação ao imóvel.

O turista internacional ou mesmo de outras regiões do país estabelece um envolvimento puramente comercial com o lugar, graças à sazonalidade e, quiçá, à eventualidade de sua presença. É um turista muito mais exigente com os serviços de apoio, isto é, constitui uma demanda muito maior destes mesmos serviços. A ocupação do território em um e outro caso são também diferenciadas: este turismo mais consumista, muitas vezes chamado do "Gran Turismo", exige uma infra-estrutura hoteleira, com investimentos em hotéis, campings, restaurantes e comércio sofisticado voltado aos esportes náuticos. A própria residência secundária tem um caráter diferenciado, com edifícios de apartamentos, ou condomínios horizontais fechados. Esta modalidade de turismo tem grande impacto na área central de Florianópolis, constituindo demanda de comércio, serviços e lazer mais intensa e sobretudo diferenciada. É praticamente outro mercado que se cria para os mesmos serviços de apoio. Isto intensifica a presença do turista, agora não apenas mais um morador da região, mas um estranho que se hospeda nas praias e estende seu consumo à cidade.

O impacto deste turismo no centro faz-se sentir pelo congestionamento do tráfego de veículos, pelo adensamento no uso dos espaços públicos e pelo incremento do comércio de bens de consumo não-duráveis. Os eventos culturais do período de verão passam a dirigir-se prioritariamente para este mercado.

Este turista não participa dos eventos e da vida urbana do centro da cidade: é um espectador. Não conhece os detalhes, as raízes e os objetivos secretos dos pequenos e grandes rituais do cotidiano da cidade. Embora não esteja a priori excluído da participação, ele não consegue entrar no jogo, pois está ali para consumir, somente para isto.

A sazonalidade do turismo em Florianópolis não diminuirá o impacto sobre o uso dos espaços do centro, na medida que o Estado vai investindo em equipamentos para este uso turístico. O sambódromo torna-se impróprio para uso nos meses de inverno, ocasião em que se constitui num "elefante branco".

Outro aspecto da metropolização acentuado pelo turismo de massa é a privatização progressiva das atividades de lazer, cada vez mais voltadas para o consumo. As antigas atividades de lazer exercidas nos espaços públicos do centro histórico transferem-se para locais especializados, como o citado sambódromo, como o Centro de Convenções, o Centro Integrado de Cultura, a Praça Tancredo Neves (centro cívico), etc.

Acentua-se, com o tempo, esta dualidade das atividades do centro pelo turista, conforme sua origem e categoria social, condicionado pelas barreiras decorrentes da própria estratificação social local. O turista não sobe o Morro da Caixa, não penetra nas favelas, ou nos setores de baixa-renda das encostas do Morro da Cruz. (2) Os pontos de contato são estabelecidos na prestação de serviços, nos espaços públicos do centro. Estimula-se o comércio ambulante, principalmente o artesanato e artigos de consumo de praia.

(2) No Rio de Janeiro e em Salvador a exploração comercial do folclore abriu as áreas de pobreza urbana ao consumo turístico, nas quadras das escolas de samba, terreiros de candomblé, etc. (

A afluência de turistas da Argentina, Chile, Uruguai, além dos oriundos de grandes centros urbanos do país, sobretudo de São Paulo e Porto Alegre, graças à sua cultura metropolitana asentada em consumo mais sofisticado, pressiona pela modernização dos serviços e pela melhor organização do comércio. A população local, principalmente a classe média alta, passa a usufruir destes benefícios, como por exemplo, restaurantes sofisticados, atendimento bancário mais ágil, centros de compras em padrões internacionais, etc.

A valorização de edifícios antigos de caráter monumental, como a Alfândega, o Palácio Cruz e Souza e o Teatro Álvaro de Carvalho, a preservação de edifícios históricos como a casa de Vitor Meireles, tornados centros de cultura e museus acabam beneficiando a população local. A ponte pênsil, tornada imagem símbolo da cidade, recebe tratamento especial por força de sua evocação aos turistas.

2.2. As Tentativas de Intervenção

O exame retrospectivo das intervenções estatais nos espaços públicos do Centro Histórico de Florianópolis remete à condição peculiar do trabalho de planejamento urbano local.

A praça XV de Novembro tornou-se o primeiro espaço público claramente definido, abrigando as tradicionais atividades coletivas da póvoa do Desterro, constituindo-se no polo original do povoamento. Esta condição de polaridade manteve-se durante trezentos anos, graças à insistente política centralizadora do Estado: os sistemas de transporte por ele regulados sustentaram esta condição. De simples póvoa a vila e a cidade, de pequena propriedade bandeirista a sede de capitania, a capital provincial e estadual: a centralidade deste espaço urbano pioneiro manteve-se intacta. O espaço singelo da praça, abrigo de atividades variadas e intensas persiste como coração da cidade ("core") no nível da significação histórica para a população local, isto é, como sítio de fundação do povoamento e também como centro funcional da aglomeração, pois a intensidade de circulação de pedestres, a densidade de ocupação do entorno, a variedade de atividades e, em consequência, o valor dos imóveis lindeiros confirmam isto.

Entretanto grandes modificações ocorreram no uso da praça e dos demais espaços públicos do Centro Histórico: a Capital deixou de ser provinciana para "modernizar-se" através de obras de vulto e da redefinição de localizações de atividades centrais. A diretriz de DESCENTRALIZAÇÃO já aparecia desde o deslocamento do Mercado no final do século XIX da praça do Palácio para a rua Conselheiro Mafra, mas tornou-se sistemática a partir dos anos cinquenta, quando a pressão imobiliária se intensificou exigindo do poder público uma redefinição funcional da área central.

O relatório de Graeff (1952) referente ao Plano Diretor justifica a proposição de criar um centro cívico deslocando atividades da praça XV de Novembro: "Será preciso adotar uma nova forma de praça cívica, projetada especialmente para satisfazer as necessidades desse conteúdo funcional." (p.16) Necessidades que são identificadas como áreas para estacionamento, separação entre pedestre e veículo e separação entre "espaço verde" e espaço para manifestações coletivas. Todavia propõe a preservação do antigo centro cívico com suas funções remanescentes:

a praça XV de Novembro." ... devemos mantê-la em sua forma tradicional, como berço que foi da velha cidade, deixando-a com a função de centro religioso e comercial." (p.16)

Assim como a cidade cresceu em população e em área o seu centro principal deve acompanhar a expansão, pois, segundo Graeff (1952) não há possibilidade de "reformatar" a praça XV para adequá-la às novas necessidades, graças ao alto custo dos terrenos lindeiros, assim como à intensificação do tráfego de veículos ao seu redor. Prevê a expansão linear do antigo centro em direção à ponte Hercílio Luz: "Tendo em vista a concepção geral do plano, seu traço mais característico, que é a implantação de uma avenida-tronco, em torno da qual girará a vida urbana, e de sua conexão íntima com todos os principais órgãos da cidade, procuramos localizar o futuro centro cívico num dos pontos dessa grande via." (p.16)

Estas recomendações do Plano Diretor foram parcialmente implementadas e a imagem que se propunha para o Centro resultou incompleta.

O plano de desenvolvimento formulado pelo ESPLAN e transformado em lei em 1976 mostrou-se bem mais ambicioso em alcance e profundidade: marca uma etapa em que se privilegia a multi-disciplinaridade em sua formulação, congregando técnicos de várias áreas da UFSC. Nele, como no anterior, persiste a intenção de criar-se o polo portuário-industrial ao qual acrescenta o núcleo oceano-turístico.

Corresponde ao período desenvolvimentista do início da década de setenta, quando as determinações técnico-econômicas predominam e todo o espaço passa a ser enquadrado numa lógica estritamente funcional e estratégica. Se o plano anterior buscava o equilíbrio na distribuição das funções, este caracteriza-se pela clara atribuição funcional aos diversos setores espaciais. [Busca a integração com a rede urbana, atribuindo ao Aglomerado Urbano de Florianópolis um papel específico, já sugerido pela sua condição de Capital: ela deve tornar-se um grande centro urbano-industrial e portuário.]

Obras recomendadas pelo plano, posteriormente realizadas, reforçaram a integração espacial e a centralidade: a ponte Colombo Sales, o aterro da Baía Sul, as ligações com a Trindade e áreas do continente. Todavia, divergências estimuladas por interesses imobiliários priorizaram obras secundárias e o crescimento deu-se de forma diferente ao proposto no plano.]

Estas tentativas de intervenção espacial baseada em Planos Diretores de Desenvolvimento encontraram enfim barreiras inúmeras na sua implementação. Além da supervalorização do instrumento jurídico em que se constituem, por parte dos técnicos, descuidando-se da necessidade de uma fundamentação política para a sua implementação, permitiu os desvios dos princípios iniciais, sob pressão de forças econômicas da sociedade. [Os planos são sempre baseados em simplificações da realidade. quando não contam com a dinâmica das relações sociais.] Apresentam uma visão parcial da totalidade em que se insere o processo de urbanização.

A fragmentação dos organismos públicos que intervêm no espaço urbano constitui-se em novas dificuldades para o planejamento integrado. Porém, é sobretudo o ideário que baseia todo esse mecanismo de intervenção fundado em planos prontos a implantar que produz como resultado imagens pouco viáveis do futuro das cidades.

A ideologia funcionalista orienta o planejamento urbano desde a difusão dos princípios da Carta de Atenas (1931) produzida no CIAM por um grupo de arquitetos e intelectuais, dentre os quais estava Le Corbusier. Instrumento ágil em um mundo em reconstrução nos moldes do capitalismo monopolista e das Internacionais Socialistas, esta declaração de princípios passou a ser utilizada como ferramenta teórica pelos planejadores e como justificativa para a ruptura com o passado e as culturas locais, para a universalização do modelo funcionalista proposto.

A aplicação generalizada da teoria funcionalista, permitida pela força da tecnocracia, uniformizou as políticas urbanas, introduzindo nos planos diretores as medidas facilitadoras da comercialização das terras urbanas e da verticalização das áreas mais valorizadas.

O impacto destas mudanças nas cidades médias e, principalmente nas metrópoles do terceiro mundo foi devastador.

O funcionalismo estabeleceu como solução para o crescimento acelerado e caótico das cidades industriais a organização espacial fundada na hierarquia de áreas funcionais e das vias de circulação, bem como na segregação espacial das atividades urbanas. O organismo urbano passou a ser encarado como entidade autônoma, com sua economia própria.

Autores alemães aprofundaram a crítica ao funcionalismo apontando as raízes desta nova ideologia. Berndt (1974) já

denunciava: "... com a difusão dos princípios da economia urbana surgiram novas relações jurídicas e de propriedade, típicas do capitalismo." (p.14) Ao examinar a transformação das cidades tendo como referência o burgo medieval, esta autora descreve: "No complexo da estrutura urbana, as ruas cresceram de importância até o ponto de obter prioridade em relação ao plano de localização dos edifícios: a planimetria da cidade caracterizou-se por ruas retas e cruzamentos em ângulo reto." (p.17) A espontaneidade do traçado de ruas e de formação do tecido urbano segue-se o geometrismo dos planos, a simetria e as perspectivas barrocas. O funcionalismo moderno apresenta-se como a-histórico, preocupando-se todavia com aspectos estéticos, restringindo sua visão da relação sociedade/espço, perdendo de vista a múltipla estratificação das relações sociais. Cede à tentação da divisão mecanicista da produção do espaço, idealizando e simplificando exageradamente os processos de produção do espaço a partir de uma visão parcial da própria organização social.

Os temores dos adeptos do antigo movimento luddista (pregavam a destruição da indústria e das máquinas) e dos pré-rafaelitas (pregavam o retorno às condições medievais do trabalho) confirmaram-se na medida que o domínio da máquina sobre o homem ampliava seu campo e o esquema do "lay-out" industrial saiu de seus muros e atingiu a toda a cidade industrial, à rede urbana e à região.

Nesta concepção a cidade é pensada como uma unidade de produção e como tal deve ser organizada.

A ideologia funcionalista teve ampla utilização durante duas décadas e tanto na Europa de pós-guerra, resultando em numerosos planos urbanísticos e projetos de "cidades-novas", executados sobretudo na Inglaterra e na França, nos bairros periféricos das grandes cidades atingidas pelos bombardeios.

O modelo completo da nova cidade funcionalista deriva da obra teórica de Le Corbusier, materializou-se no projeto dele para Chandigarh (capital da província do Punjab na Índia). É identificado pela estrutura viária projetada com base na hierarquia de fluxos de circulação e transporte, polarizada pelo centro de comércio e serviços e ramificando-se até o setor habitacional, estrutura que permitiu posteriormente sua identificação com a de circulação da seiva de uma árvore.

Alexander (1969) aponta os efeitos destruidores da "essência" da vida urbana exercidos por este esquema: perde-se

o sentido da variedade de contatos e percursos que somente a estrutura da cidade espontânea permite.

No Brasil a sua expressão mais acabada é o Plano Piloto de Brasília, onde Lúcio Costa (1956) utilizou-se de conceitos como os "eixos" funcionais e as "unidades de vizinhança" como elementos básicos de composição espacial da nova cidade.

No esquema racional do funcionalismo a dualidade público-privado não aparece, mascarada pelo sistema de atividades em torno de "trabalhar, circular, habitar e recrear o corpo e o espírito" (Carta de Atenas, 1931). É um sistema ideal, alheio à realidade regida pelo mercado imobiliário onde o critério básico de parcelamento do solo fundamenta-se na definição de área pública/área privada, resultante de uma negociação entre empreendedor imobiliário e poder público.

O esquema funcionalista somente pode ser aplicado a situações excepcionais de projeto urbanístico, como o são os exemplos citados de Chandigarh e de Brasília, além das cidades novas onde as premissas do mercado de terras não vigoram.

Mesmo nos países do leste europeu, onde as terras urbanas são socializadas e regidas pelo Estado, a centralização de decisões e o tecnicismo é fortemente criticado pela monotonia do resultado projetual. O Congresso da União Internacional de Arquitetos de Varsovia (1981) foi palco de críticas ao sistema centralizado de definição espacial, tanto para os novos bairros residenciais da periferia das grandes cidades industriais dos países do Leste Europeu, principalmente da Polônia, como para a configuração de sua arquitetura.

Os princípios da Carta de Atenas, entretanto têm sido largamente utilizados nos Planos Diretores e nos Planos de Desenvolvimento Urbano das cidades brasileiras, nos projetos de "renovação urbana", nos conjuntos habitacionais, resultando em produtos híbridos, em colagens, onde zonas novas e desertas contrastam com zonas antigas e deterioradas. Avaliação feita por urbanistas de larga experiência, como Wilhelm (1976) e Lamparelli (1978) apontam a insuficiência da maioria dos Planos deixando o crescimento das cidades à mercê das forças de mercado.

A definição funcional do uso dos espaços públicos, diante da perplexidade reinante entre os planejadores, permanece em aberto, resultando em projetos onde predomina a função circulação e lazer, em prejuízo de seus significados mais profundos e abstratos, ligados ao plano cultural. Embora o processo de massificação já esteja em vigor, juntamente com a diluição das

antigas fronteiras entre a esfera pública e a privada, a sua forma espacial, isto é, a organização da estrutura interna das cidades ainda não encontrou sua expressão própria. Em parte por herança de uma organização espacial ainda baseada na dualidade público-privado, também porque a repercussão das transformações sociais no espaço dá-se de forma lenta e paulatina, mercê da criatividade dos agentes formadores do novo espaço.

Os sinais indicadores de um novo espaço encontram-se na própria realidade atual materializada nas formas de apropriação do espaço pela população em sua atividade cotidiana. Ouseja, não poderão ser encontrados em fórmulas ideais criadas em gabinete.

Carlos Nelson Santos (1985), em seu trabalho de observação e registro de atividades de lazer no bairro do Catumbi no Rio de Janeiro, encaminha uma alternativa. Sua base conceitual é clara:

"Cidades não são objetos idealizáveis abstratamente e nunca se comportam de acordo com as fantasias de quem as trata desta forma. São concretizações de modelos culturais, materializam momentos históricos e se desempenham como podem, tendo que comportar conflitos e conjugações que se armam e se desarmam sem parar e em muitos níveis." (p.7)

A busca de formas novas adequadas às atividades nascentes pode dar-se partindo de registros efetuados no cotidiano da vida urbana.

Entretanto, há um longo caminho a percorrer entre o simples registro das atividades cotidianas e a formulação daqueles projetos e programas de intervenção em seus espaços, adequados aos novos usos e, sobretudo, sensíveis às mudanças.

A descentralização das decisões relativas ao uso e à transformação dos espaços urbanos pode orientar este percurso permitindo a participação dos usuários na sua gestão. Para este modo de planejamento é necessária a difusão de informações sobre a cidade, assim como do conhecimento acumulado sobre o processo de urbanização.

Em Florianópolis, como em quase todo o país, as rotinas de planejamento urbano ainda ensaiam uma abertura à participação dos cidadãos, ou seja, o processo de divulgação de informações e de discussão pública dos problemas urbanos é embrionário.

Florianópolis tem um passado e uma experiência acumulada em planejamento e gestão do espaço urbano.

A sua área central tem sido objeto de estudos e de projetos urbanísticos por parte dos órgãos municipais. Os antigos Planos Diretores de 1952 e de 1976 deram-lhe atenção e tratamento particular e o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis reestudou seu modelo de uso de solo. Porém, a intervenção estatal não se restringiu à formulação de Planos Diretores: a política estatal de ordenação do crescimento da cidade passou a vigorar com a legislação urbanística e demais instrumentos implantados pela Prefeitura Municipal a partir de diretrizes dos planos, bem como pelas intervenções com obras projetadas para os espaços públicos.

A avaliação da eficácia do planejamento municipal mostra a distância existente entre as intenções dos planejadores e a exequibilidade de suas propostas: há uma velada e insistente discordância dos políticos em relação às propostas técnicas, pois a realização de obras públicas caminhou em outro sentido, adaptando-se às demandas de curto prazo e desprezando os horizontes mais largos dos técnicos. Os Planos Diretores revelam equívocos decorrentes da separação entre proposição e execução, entre projeto e implementação e entre o técnico e o político, ao superestimar a capacidade de realização de obras e a disponibilidade de recursos para elas. Finalmente o Estado privilegiou as classes médias no oferecimento de recursos públicos, atendendo demandas de alguns grupos sociais mais fortes e organizados.

A planta físico-territorial da cidade revela um tecido urbano inorgânico, fragmentário, que espelha melhor os interesses dos empreendedores imobiliários e dos proprietários de terras urbanas.

O processo de planejamento entra em crise perante a debilidade da ação do Estado na defesa dos interesses coletivos, superados pela ação precisa de grupos privados interessados na exploração econômica dos imóveis urbanos. Para ilustrar esta debilidade verifica-se que o estudo mais atual da área central revela um recuo das pretensões do poder público municipal na organização das funções urbanas ao restringir a legislação proposta à consagração das tendências impostas pelos interesses do setor privado.

A ação mais efetiva do Estado sobre o espaço urbano dá-se no controle sobre o uso dos espaços públicos e sua reciclagem, particularmente no centro da cidade.

3. O USO ATUAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Definida a formação do espaço urbano de Florianópolis em sua história de ampliações e mudanças mediante a modernização, julgamos necessário verificar o resultado espacial e os usos atuais dos espaços que são objeto desta dissertação.

Qual a natureza deste cotidiano?

Como as atividades cotidianas contribuem para a mudança de forma desses espaços?

A estas indagações cabe uma resposta a ser obtida após a observação direta e o registro detalhado das atividades ali exercidas neste momento, considerando-se o modo como os cidadãos se organizam para esse exercício.

Trata-se de proceder de modo empírico buscando a descrição do cenário e dos fluxos de população dentro da área-objeto de estudo. Em razão de limitações de ordem material esses dados serão expostos de modo sumário, porém suficiente para caracterizar os principais elementos.

Procederemos à classificação das atividades, destacando aquelas que identificamos como mais importantes no contexto deste trabalho. Embora as atividades cotidianas tenham maior repercussão na reorganização do espaço da área central, particularmente de seus espaços públicos, serão apenas os rituais coletivos que serão objeto de maior atenção.

Esta escolha decorre da intenção maior do trabalho aqui apresentado que é de investigar as atividades que revelam maior potencial no processo de revitalização e desenvolvimento deste Centro Histórico. Assim sendo, os rituais serão descritos a partir desta ótica que procura apurar os efeitos da modernização sobre o modo de vida urbano, particularmente sobre as atividades da esfera pública.

3.1. O Cotidiano

A confirmação da função gestora estatal para Florianópolis foi reforçada pela instalação da Universidade Federal de Santa Catarina no campus universitário da Trindade, por sua ampliação e diversificação. Deu-se também pela instalação da sede da Eletrosul no Pantanal. Estas implantações ocorreram no final dos anos setenta e ao longo da década de oitenta, permitindo um acréscimo apreciável de funcionários públicos e de empregados das estatais. O principal contingente populacional até então composto pelo funcionalismo público estadual, passou a ser integrado também por esta camada social.

Em outros centros urbanos do país, do porte de Florianópolis, o funcionalismo público mescla-se com outras categorias sociais, a exemplo do operariado, pequena burguesia, burguesia industrial, etc., diluindo a sua importância e sua força política na definição do modo de vida urbano. Nesta cidade é diferente.

Em Florianópolis a vida urbana definiu-se pela rotina das "repartições públicas", cujo reflexo no uso dos espaços públicos revela-se na intensificação do movimento de usuários nos horários de trabalho desses órgãos públicos. A praça XV de Novembro e a rua Felipe Schmidt são locais de encontro e lazer de funcionários, aposentados e escolares em trânsito.

Além disto há uma busca de adaptação dos horários de comércio ao funcionamento das repartições públicas, unificando a rotina de funcionamento do centro.

A presença de autoridades estaduais e federais ligadas às principais instituições públicas nesta área induziu a realização de manifestações políticas e reivindicatórias por parte dos trabalhadores em geral, através dos atos públicos e passeatas realizadas nas ruas Felipe Schmidt, Tenente Silveira, culminando no adro da Catedral.

O deslocamento da sede do governo estadual do Palácio Cruz e Souza situado na praça XV de Novembro para a praça Tancredo Neves (1) assim como da Prefeitura Municipal (antes na antiga Casa de Câmara e Cadeia) para a rua Almirante Alvim, não foi suficiente para descentralizar as manifestações políticas, manti-

(1) Praça situada à frente da antiga sede do D.E.R., atual executivo estadual.

das no Centro Histórico.

Grande número de funcionários da administração direta e das estatais foram deslocados do centro para outras áreas da cidade, cedendo lugar ao adensamento do comércio, a atividades de ensino de primeiro e segundo graus, a cursos pré-vestibular e a outros serviços. (2)

As atividades básicas das instituições públicas agora deslocadas do centro para áreas periféricas próximas, a saber, Trindade, Itacorubi, Estreito, embora sejam exercidas fora da área central, contribuem para o reforço do terciário ali sediado, incrementando a circulação e os usos diversificados dos seus espaços públicos.

Em suma: apesar das medidas descentralizadoras o Centro Histórico de Florianópolis mantém-se como espaço destacado para manifestações políticas e culturais.

O seu cotidiano é constituído pelas atividades ligadas ao aspecto econômico-produtivo da vida urbana: produção, circulação, distribuição e consumo constituem as atividades diárias, demarcadas dentro do horário de trabalho do enorme contingente de funcionários públicos e do funcionamento do comércio. Embora os elementos de maior destaque na massa edificada do Centro Histórico sejam os edifícios públicos, realçados por sua monumentalidade arquitetônica, verifica-se que a maioria das edificações abriga atividades do setor privado e que são estas que acabam por definir a forma espacial do corpo da cidade. (3) São atividades ligadas à distribuição de mercadorias e também à prestação de serviços que acabam por definir a área central como área especializada.

(2) Os cursinhos de preparação para o vestibular multiplicaram-se nos últimos anos, sediando-se os três maiores na área central de Florianópolis, para onde afluem diariamente milhares de estudantes.

(3) A monumentalidade arquitetônica não se traduz apenas nas grandes dimensões do edifício, mas na sua forma plástica intencionalmente destacada na paisagem e também pela existência de amplos espaços abertos em seu entorno, que permitem visualizá-lo de longe e em seu conjunto.

A função aglutinadora e integradora das atividades exercidas nestes locais especializados, desempenhada pelos espaços públicos, aponta sua função básica que é abrigar circulação e transportes.

O movimento nas ruas e praças de pessoas e veículos em deslocamento é uma atividade que cresce com a cidade, multiplicado pela concentração progressiva de atividades e de população. As obras e serviços de melhoria do sistema de circulação e acesso ao centro, implementados como medidas disciplinadoras e organizadoras, permitem aceleração do adensamento. Surge a separação pedestre-veículo. As áreas especializadas em estacionamentos, os calçadões, as galerias comerciais são elementos novos desta organização.

Assim, a circulação torna-se o elemento funcional básico na estruturação da forma urbana e como tal, responde a necessidades formuladas pelo cotidiano.

A cidade é desenhada pelo seu cotidiano.

Como o cotidiano no Brasil é marcado pela iniciativa privada e pelo individualismo, podemos concluir que o centro das atenções no cotidiano é o indivíduo, no papel de produtor, consumidor ou intermediário.

O uso cotidiano dos espaços públicos, marcado inicialmente pela função "circulação", admite o surgimento de atividades subsidiárias, ou derivadas de sua configuração. São atividades frequentemente classificadas como "informais" compondo um terciário flutuante, ou semi-permanente das ruas e praças, localizadas ao longo dos trajetos de maior fluxo. São os camelôs, engraxates, bancas de jornais, taxistas, guardadores de estacionamento que se apropriam de retalhos do espaço público. Algumas destas atividades tendem a fixar-se, com anuência do poder público, através de licença municipal, como os serviços de taxi, os engraxates, as bancas de revistas, os quiosques de bebidas e lanches. Outras atividades são caracterizadas como eventuais, como o artesanato, embora façam parte permanente do cotidiano através de licença municipal.

A prostituição instala-se de modo discreto, confinada a certas áreas fortemente estigmatizadas, ligada ao funcionamento do extinto porto do Desterro.

Todas estas atividades ocupam parcelas do espaço público de forma eventual, isto é, não permanente, permitindo dizer que são penetrações do setor privado no espaço público. Entretanto, o modo como estas atividades conduzem à apropriação dos espa-

ços públicos difere das principais atividades eventuais, pois são parte do cotidiano em processo de simbiose com ele.

→ São atividades que respeitam a circulação, sem impor barreiras, utilizando-se apenas do apelo visual ou sonoro. Não apresentam maior repercussão na organização espacial, apenas molduram o dinamismo das atividades cotidianas.

↳ Dentre as funções presentes no Centro Histórico de Florianópolis, em decorrência de atividades que persistem ou que têm sido incrementadas pelo processo de modernização, podemos destacar:

- Circulação de pedestres e veículos pelas vias públicas e logradouros. Transportes.

- Comércio varejista de artigos de compra eventual, como vestuário, mobiliário, eletrodomésticos, som e imagem, livros e papelaria, etc.

- Comércio de abastecimento doméstico, com artigos do cotidiano.

- Comércio especializado voltado para categorias profissionais em geral (medicina, engenharia, odontologia, artes, etc.)

- Comércio ambulante.

- Comércio atacadista.

- Comércio de artigos raros, como joalheria, artesanato e outros.

- Serviços prestados por profissionais liberais e outros.

- Serviços públicos e sistema bancário.

- Educação e cultura.

- Diversões e lazer.

- Associações e sindicatos profissionais.

- Representações e propaganda.

- Culto religioso.

- Artesanato e pequena indústria.

- Hospedagem e alimentação.

Destas atividades gerais do centro, aquelas que são especificamente suas e próprias de seus espaços públicos são as de

circulação e transportes, comunicação e lazer.

A função circulação dá-se no cotidiano, ficando os espaços a ela destinados ociosos em outros momentos. O mesmo dá-se com o lazer que vê sua utilização cada vez mais reduzida pela descentralização.

A comunicação individual e coletiva, bem como o debate público, despontam como a grande vocação destes espaços. As condições de utilização dos espaços públicos abertos para funções de comunicação obrigam a uma classificação segundo sua forma física:

1. Praças e largos - no Centro Histórico são três.
2. Ruas e avenidas - no Centro Histórico são trinta.
3. Logradouros - no entorno do Centro Histórico são apenas três.

Das quinze praças públicas existentes na área central compreendida entre as baías norte e sul, apenas três situam-se dentro do perímetro do Centro Histórico, a saber, a praça XV de Novembro, o Largo Fagundes e a praça Pereira Oliveira. A praça XV de Novembro, antigo Largo do Palácio ou Largo da Catedral, vem assumindo as funções de espaço de comunicação principal da cidade, abrigo das atividades coletivas classificadas como tal, polarizando-as e induzindo as demais a funções complementares. O Largo Fagundes e a praça Pereira Oliveira tornaram-se áreas de estacionamento, servindo também de acesso e retaguarda às atividades que se realizam na praça XV de Novembro e nas principais ruas comerciais do Centro Histórico.

As demais praças situadas fora do perímetro do Centro Histórico, dentro ainda da área compreendida entre as baías norte e sul, em número de doze, abrigam atividades de moradores de sua vizinhança ou algum comércio, sem a importância e o significado histórico da praça principal. São as praças Tancredo Neves, Lauro Müller, Olívio Amorim, Getúlio Vargas, Dias Velho, dos Namorados, Governador Celso Ramos, da Bandeira, D. Pedro I, Etelvina Luz (Banco Redondo) e os largos Benjamin Constant e São Sebastião.

Destes espaços públicos, o mais recentemente equipado foi a praça Tancredo Neves, que acompanhou o deslocamento do palácio-sede do governo estadual para constituir-se em seu Centro Cívico, onde se realizam cerimônias ligadas a ações do executivo estadual.

As ruas e avenidas do Centro Histórico, em número de trinta, abrigam atividades diferenciadas que permitem sua classificação de forma semelhante às praças, isto é, como vias principais

e periféricas.

→ As ruas Felipe Schmidt, Tenente Silveira, Tiradentes e algumas de suas transversais têm sido utilizadas como itinerário de passeatas, procissões e desfiles, além de constituírem-se em parcela importante do centro comercial e de serviços. O principal desfile cívico comemorativo do Dia da Pátria, entretanto, foi deslocado para a avenida Rubens de Arruda Ramos, fora do perímetro do Centro Histórico, buscando espaços mais amplos para a grande concentração de figurantes, assim como maior proximidade com o setor residencial de maior densidade. O mesmo vem ocorrendo com algumas competições esportivas que se utilizam das pistas desta avenida.

A transformação em "calçadão" das ruas Felipe Schmidt, Conselheiro Mafra, Trajano e Deodoro, iniciando a implantação de uma ampla zona de domínio dos pedestres no Centro Histórico permite interferência menor das atividades de comunicação com o tráfego normal da área, favorecendo sua realização mesmo durante os horários de trabalho. O mesmo ocorreu com a ampliação do adro da Catedral, transformando-o no principal espaço de comunicação da cidade.

→ As ruas e avenidas do Centro Histórico estão abaixo relacionadas, estando sublinhadas as que abrigam atividades de comunicação coletiva. (Ver Fig. 6)

1. Felipe Schmidt (entre a praça XV de Novembro e o Largo Fagundes).
2. Conselheiro Mafra.
3. Francisco Tolentino (até a rua Padre Roma).
4. Tenente Silveira (até a rua Álvaro de Carvalho).
5. Vidal Ramos.
6. Marchal Araújo Figueiredo.
7. Frederico Rolla.
8. Trajano.
9. Deodoro.
10. Jerônimo Coelho.
11. Álvaro de Carvalho.
12. Sete de Setembro.
13. Pedro Ivo.
14. Bento Gonçalves.
15. Padre Roma.
16. Antônio Luz.
17. João Pinto.
18. Tiradentes.

19. Vitor Meirelles.
20. Fernando Machado.
21. Anita Garibaldi.
22. José Jacques.
23. Artista Bittencourt.
24. Arcipreste Paiva.
25. Padre Miguelinho.
26. dos Ilhéus.
27. Saldanha Marinho.
28. Nunes Machado.
29. General Bittencourt.
30. Travessa Ratcliff.
31. Avenida Hercílio Luz
32. Pedro Soares.

Estas ruas podem também ser grupadas conforme seu período de surgimento e desenvolvimento, estando as do período portuário situadas a oeste da praça XV de Novembro e numeradas até 15 e as do período inicial situadas a leste da praça sob números de 16 a 32.

ETC → As ruas sublinhadas são parte dos itinerários das procissões, passeatas e desfiles ficando as demais como vias de acesso a estes eventos, estacionamentos e outras atividades de apoio.

O principal logradouro periférico ao Centro Histórico é o aterro da baía sul, pavimentado e ajardinado segundo o projeto de Roberto Burle Marx para abrigar atividades diversas, sobretudo de lazer, circulação de veículos e estacionamentos. Foi reciclado para abrigar também a Estação Rodoviária e terminais de transporte coletivo urbano. Embora tenha destinação para parque público por lei municipal, tem abrigado quadras esportivas, parque de diversões, feira-livre e outros usos eventuais, funcionando sobretudo como reserva espacial. Tornou-se uma área estranha aos usos tradicionais dos cidadãos, alheia às atividades cotidianas exceto como circulação, acesso e estacionamento.

Algumas tentativas de atribuição de uma atividade permanente e mais significativa foram feitas, como a construção iniciada do "sambódromo", que todavia permanece ocioso fora do período carnavalesco. Por outro lado ficou a nostalgia do mar que banhava o centro antigo e a praça, com o saudoso Miramar como edificação de significado histórico do período portuário.

→ O aterro afastou o mar do centro, cortou a paisagem significativa da baía e das montanhas, introduzindo o sinal preten-

Área Aterrada

BAÍA NORTE



Área Aterrada

BAÍA SUL



Praças



Calçada



Ruas do Centro Histórico

Fig. 7 - Espaços Públicos do Centro de Florianópolis
 Mapa original do GEIPOT

cioso da modernização e apagando os vestígios da fase portuária da cidade. A persistência da memória histórica, embora sutil na consideração pelas necessidades urbanas, bloqueia a definição da destinação e o uso efetivo do aterro, além das barreiras criadas pela própria circulação de veículos e estacionamentos ao acesso de pedestres.

Outro logradouro periférico ao Centro Histórico é formado pelo conjunto de áreas também aterradas, situadas ao longo da avenida Rubens de Arruda Ramos, na altura da antiga praia do Müller e da praia de Fora. São áreas equipadas como jardim público para atividades de lazer, abrigando espetáculos musicais e competições esportivas que utilizam a avenida, além de comporem o conjunto de espaços utilizados para a parada cívica do Dia da Pátria. São áreas mais intensamente frequentadas pelos habitantes deste setor da cidade, que ali praticam esportes como "cooper", ciclismo e passeios. (Fig. 7)

O cume do Morro da Cruz, também denominado de Antão, abriga funções de mirante da cidade, com a construção de um pequeno "belvedere". Afora as atividades dos estúdios e transmissão de emissoras de televisão e da Embratel, não abriga ainda atividades mais significativas, embora seja um local de enorme potencial paisagístico.

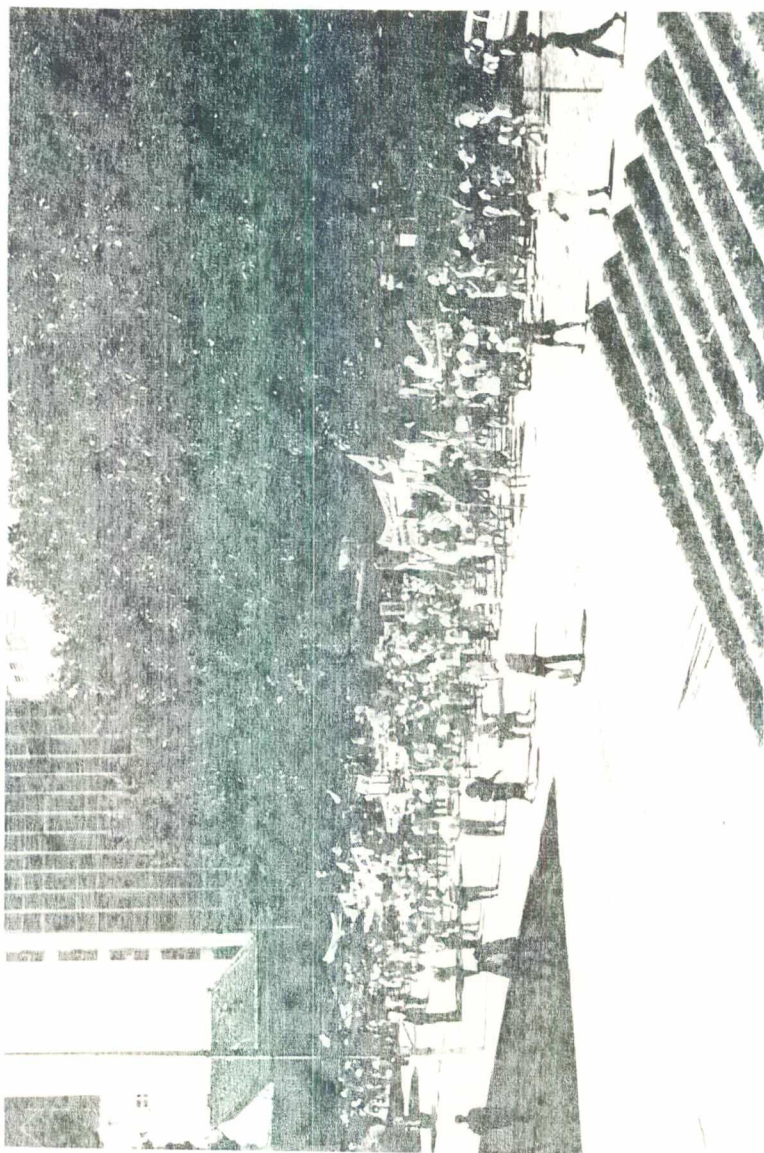


Figura 8 - A Quebra do Cotidiano por uma Passeata.

3.2. Os Rituais Coletivos

O cotidiano dos espaços públicos do Centro Histórico é constantemente afetado por atividades eventuais, isto é, pelas atividades programadas fora de sua rotina diária. São atividades que buscam explorar a presença de autoridades e a concentração de cidadãos. O centro das atenções é a massa que se forma pela aglomeração de pessoas atraídas pela curiosidade ou pela identidade com aquilo que se expõe. O critério que permite uma classificação destas atividades é baseado na natureza daquilo que é comunicado à massa:

1. Reivindicações políticas e trabalhistas, veiculadas através de manifestações das categorias profissionais.
2. Idéias e proposições políticas de candidatos a cargos eletivos em comícios.
3. Doutrina religiosa pregada por fiéis e pregadores, em busca de novos adeptos às suas seitas.
4. Espetáculos teatrais, musicais, de dança, circenses ou folclóricos.
5. Competições esportivas.

Segundo o porte do evento, são atividades programadas em horário de recesso do trabalho, fora da rotina normal de trabalho, quando então exigem recursos especiais e preparação prévia do local da exibição. (Fig. 9)

→ São atividades que, por períodos limitados de tempo, transformam áreas públicas de circulação e lazer em locais de espetáculo, emprestando-lhes significação diferente, criando micro-espços semi-abertos, onde a comunicação é privilegiada.

→ Há momentos, pois, em que os espaços públicos deixam de fazer parte dos instrumentos de produção da sociedade, deixam por alguns instantes suas significações normais e cotidianas. São momentos fugazes em que, transformando-se em locais de comemoração, servem a objetivos mais altos e abstratos da sociedade. São os dias consagrados às celebrações religiosas, cívicas e festivas que ocorrem anualmente. Aqui o centro de atenções é a própria massa de participantes.

Estes rituais coletivos e públicos são a reafirmação de valores reconhecidos pela sociedade como "eternos", ritualizados pelas instituições sociais e transformados em tradição. São

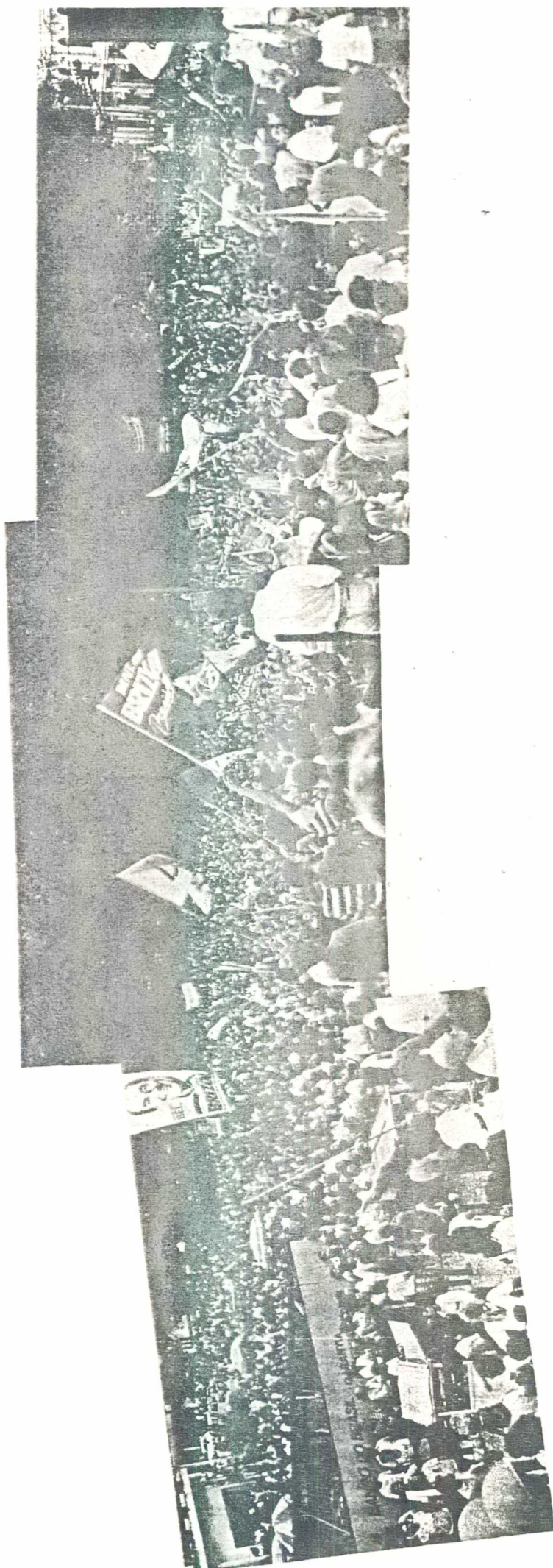


Fig. 9 - Comício realizado em novembro de 1989 no adro da Catedral
Fotos do autor

momentos em que a sociedade coletivamente expressa seu culto à memória e o desejo de preservação de alguns valores. Roberto da Matta (1983) expõe a significação destes momentos: "...nem tudo pode e deve ser visto como engolfado nas malhas de um tempo implacável." (p.22)

Algo escapa à transformação histórica e reafirma seu desejo de perenidade.

Ao postar-se como antropólogo social aquele autor busca uma perspectiva totalizadora, menos sujeita à cronologia dos estudos acadêmicos assentados no evolucionismo, para caracterizar a realidade cultural brasileira, analisando em profundidade alguns de seus rituais. Atribui a eles maior importância como expressão cultural, pois, "...os rituais servem, sobretudo na sociedade complexa, para promover a identidade social e construir seu caráter." (p.24) São considerados como expressão máxima dos valores e da visão de mundo da sociedade, ocasiões em que ela se manifesta conscientemente sobre o seu momento histórico, revelando como vê a si mesma.

Os rituais contêm elementos de significação que permitem a construção de uma imagem nítida dos anseios sociais por que "...cada geração retira do manancial que constitui a história de sua sociedade um conjunto limitado de fatos para servirem como os pontos básicos de sua perspectiva diante das coisas." (p.24)

→ [Pode-se classificá-los em relação ao seu caráter figurativo como épicos (comemorações cívicas e patrióticas), místicos (celebrações religiosas cristãs), românticos (festas populares). Segundo da Matta (1983) apresentam uma referência constante ao cotidiano e transformam simbolicamente algo natural em algo social, tal como se dá, com maior clareza, no carnaval, na passagem do ano, na festa do trabalho, ou mesmo em festas locais como as da laranja, da tainha, da uva, etc." O rito dá asas ao plano social e inventa, talvez, a sua mais profunda realidade." (p.31)

→ Nestes momentos os espaços públicos são tomados como cenário, carregado de referências do cotidiano, mas sujeitos a uma colagem alegórica, reciclando-se para o efêmero da fantasia coletiva: as praças e ruas principais são maquiadas, com decoração e iluminação colorida transformando-se em palco para o desenvolvimento de um texto programado. O forte significado instrumental da arquitetura funcional voltada ao trabalho e à produção apaga-se para abrigar a fantástica cenografia e suas cerimônias teatrais, onde cabem o drama, a comédia e a farsa. (Ver Figuras 10, 11 e 12)

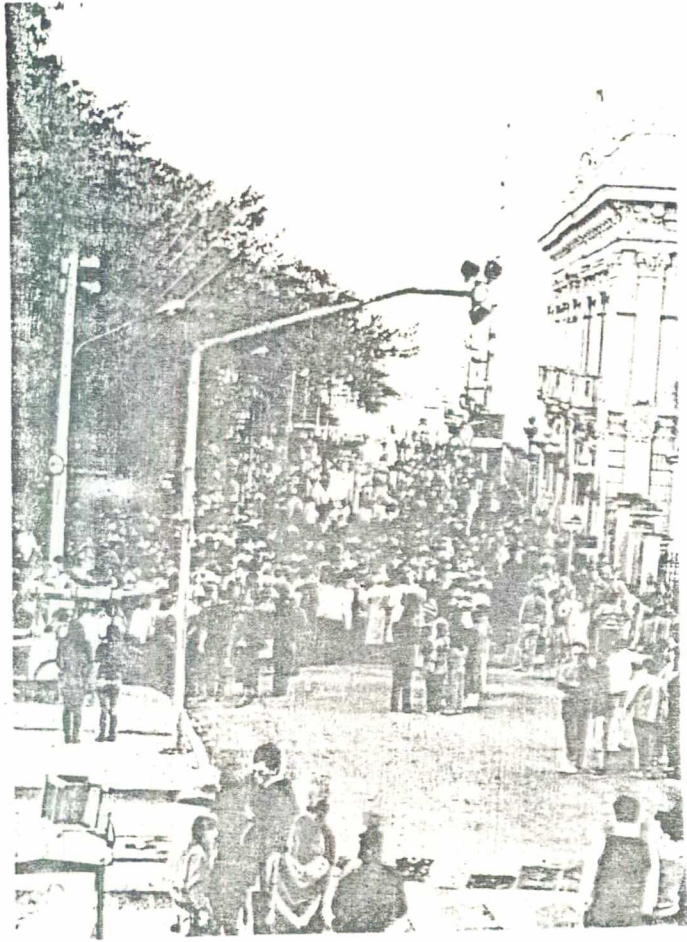


Fig. 10 - Procissão.

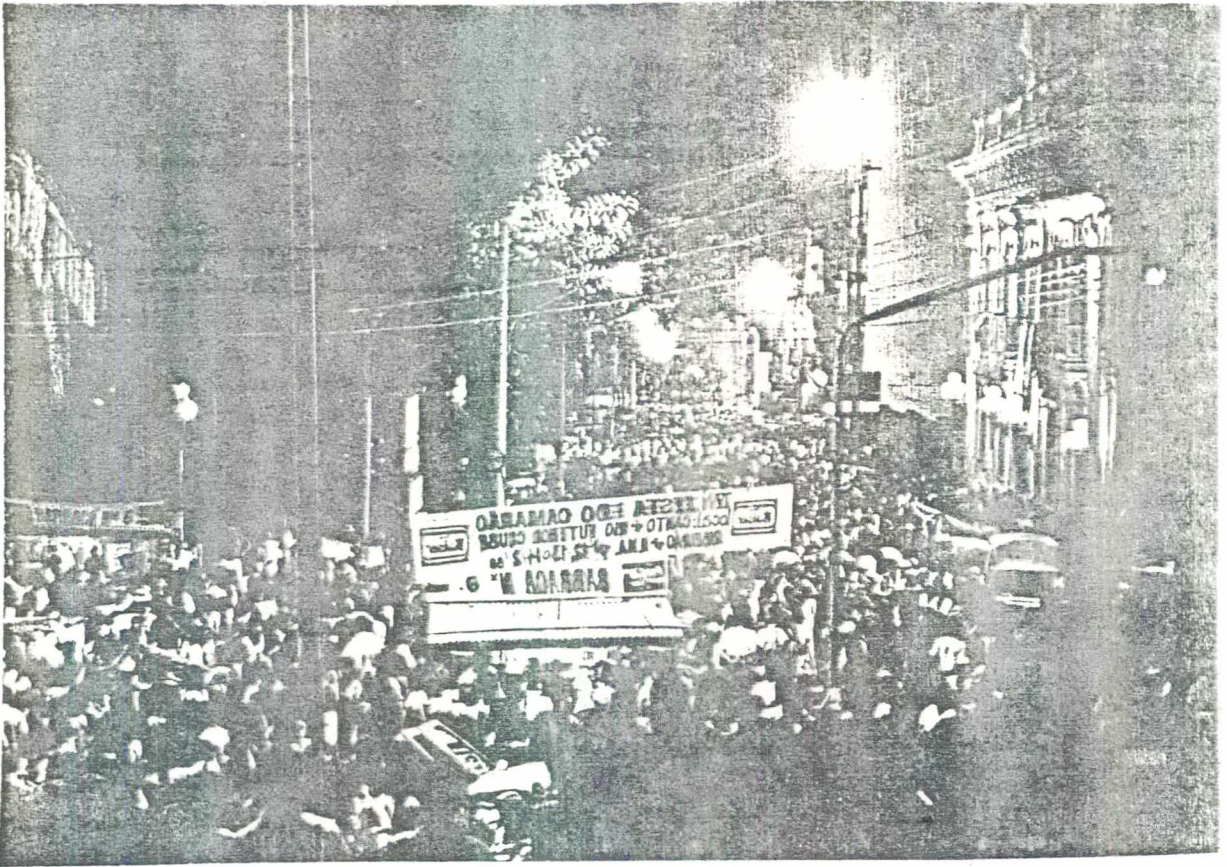


Fig. 11 - Carnaval.

Festas na praça XV de Novembro: a procissão e o carnaval em 1988

Fotos do autor

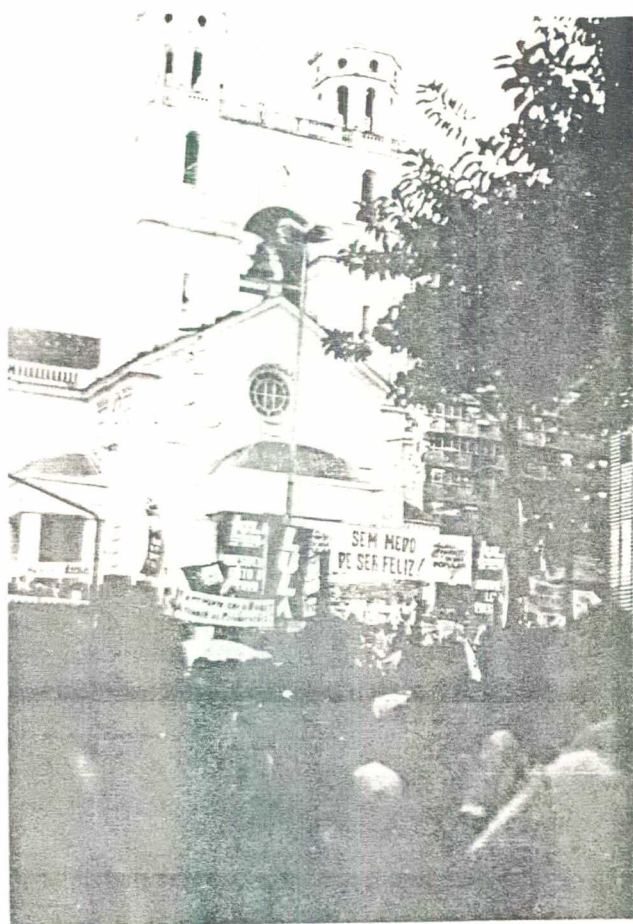


Fig. 12 - Comício.

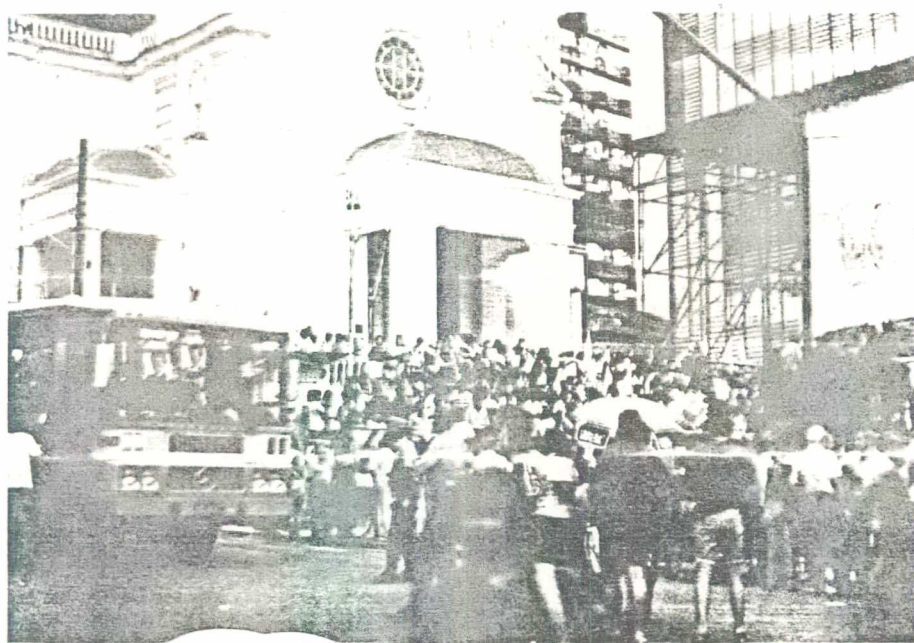


Fig. 13 - Comício na Praça XV de Novembro em 1989

Fotos do autor

O Centro Histórico é o cenário, por excelência, destes eventos, graças à tradição de abrigá-los, mas também por conter em suas edificações e em seus espaços abertos os elementos da memória histórica da cidade. A acessibilidade neste instante é secundária e o transporte coletivo pode ser reciclado para garanti-la, isto é, a festa poderia ser em qualquer outro sítio desde que a memória e a significação social fossem respeitadas!

Da Matta (1983) compara a significação dos rituais atuais com os da sociedade tribal (ou tradicional) para destacar dentre seus objetivos sociais básicos o de reafirmação dos valores coletivos, onde se busca transformar "o único no universal, o regional no nacional e o individual no coletivo", momentos em que as estruturas de autoridade se atualizam pelo mecanismo de associação da imagem teatral com as relações de poder.

"Abundam, pois, na sociedade complexa, os rituais nacionais que ajudam a construir, vivenciar e perceber o universo social, frequentemente fragmentado por contradições internas, como uma totalidade." (p.26) Sua referência empírica fundamental é o carnaval carioca, cujos elementos de expressão social são comparados com os de outros rituais religiosos e cívicos. O destaque proporcionado a este evento resulta de sua maior riqueza expressiva, sobretudo demonstrada no desfile das escolas de samba, cujos elementos expressivos são produzidos inteiramente em bairros populares do Rio de Janeiro. A localização do desfile no sambódromo, tal como acontece no caso de Florianópolis, retira uma parcela importante da significação do carnaval apontada por da Matta: o seu caráter de inversão.

Se o cotidiano no Brasil é marcado pelo caráter estrutural de uma sociedade hierarquizada e autoritária, sobretudo nas áreas onde predomina a ação do Estado, com a inversão permitida pelo ritual carnavalesco surge a oportunidade de demonstrar uma intenção de abertura e um aspecto democrático. Este caráter especular de imagem invertida também é mais evidente no carnaval de rua de Florianópolis do que em outros rituais que ali se organizam. A liberação das regras do cotidiano, calcadas na hierarquia, permite o exercício da criatividade na confecção das fantasias, das alegorias, da decoração das ruas e praças e mesmo nas atitudes em público dos seus participantes.

Esta inversão somente é possível nos espaços públicos, pois trata-se de um evento tipicamente teatral.

Todos os rituais, sejam religiosos, cívicos ou

festivos definem a rua como o seu espaço adequado: constituem per cursos onde se estabelece uma nova hierarquia e um novo zoneamento. Os critérios definidores desta espacialização são as posturas dos cidadãos, assumidas como papéis diferenciados, classificados como participante ou espectador.

Os rituais religiosos são as procissões, envolvendo cada qual o seu motivo específico, a sua data, partindo da Catedral Metropolitana e percorrendo as ruas do Centro Histórico, retornando após, ou dirigindo-se a outras igrejas próximas.

O ritual cívico mais importante é a parada militar e o desfile de escolares em comemoração ao Dia da Pátria, onde o caráter épico é buscado expressar-se na absoluta ordem, harmonia e homogeneidade dos conjuntos em exibição.

Os rituais festivos são mais variados, tendo o carnaval como sua expressão marcante. Desdobra-se em diversos eventos como o desfile das escolas de samba, situado no sambódromo, do desfile dos "blocos de sujos" nas ruas do Centro Histórico e os bailes públicos em diversos locais.

Todos estes eventos de grande significação nacional são programados e preparados pelas instituições envolvidas, exigindo-se medidas especiais em relação ao uso dos espaços públicos, como bloqueio aos veículos, garantia de acesso aos participantes e espectadores, serviços de alimentação e sanitários, policiamento, etc.

Os eventos destacados neste trabalho como de comunicação coletiva podem ser classificados como:

3.2.1. Eventos do tipo CONSUMO, com separação entre palco e platéia.

3.2.2. Eventos do tipo PARTICIPAÇÃO, com contribuição ativa de populares.

Dentre os primeiros temos:

3.2.1.1. Comícios Políticos

São realizados no adro da Catedral, à praça XV de Novembro. A organização espacial para estes eventos é variável, mantendo-se apenas a relação bi-polar palco/platéia: o palanque (palco) é localizado em posições diversas, buscando aproveitar ao máximo a disponibilidade de espaço para o público (platéia). Para este trabalho foram registradas três posições diferentes para tamanhos variados de público. (Fig. 14)

No Comício I o palanque foi localizado embaixo, junto à praça, na calçada oposta à Catedral e voltado para a mesma, utilizando-se a escadaria do adro como platéia. Os oradores ficavam abaixo dos espectadores permitindo-se uma visão confortável. Estimava-se o público em cinco mil pessoas.

No Comício II o palanque foi localizado sobre a escadaria da Catedral, aproveitando-se a visibilidade deste ponto a todo o espaço da praça (exceto as áreas encobertas pela vegetação) e valorizando-se pela posição elevada e emoldurada pela arquitetura monumental da igreja. O público avaliado em trinta mil pessoas espalhava-se por toda a área visível à frente da escadaria penetrando pela praça, à frente do palácio Cruz e Souza e no início da rua Tenente Silveira.

O Comício III buscou situar o palanque lateralmente ao adro, aproveitando a profundidade espacial maior à sua frente, para permitir maior concentração de público e eficácia sonora, conforme a localização da aparelhagem de som. Esta posição permitiu dividir o espaço fronteiro à Catedral com os fundos do palanque voltados para a rua Arcipreste Paiva e acesso com escadaria própria, abrindo-se diretamente para a rua onde encostavam os veículos de transporte dos oradores. O público estimado era de doze mil pessoas aproximadamente. (Fig. 15)

Estes três comícios foram realizados entre novembro e dezembro de 1989.

Os comícios são organizados à semelhança dos grandes shows musicais, contando em seu início com a presença de artistas destacados na música e no cinema brasileiro. São espetáculos de média duração, isto é, entre duas e quatro horas, para um público variável que se manifesta coletivamente com bandeiras, cânticos e slogans. A situação é assemelhada à da torcida dos times de futebol em campo, embora compareça apenas uma delas. Não se vislumbra condições para debate entre orador e público, uma vez que todo o sistema de comunicação (som, luz) volta-se para os oradores e suas mensagens.

3.2.1.2. Espetáculos Culturais

São os shows de música, dança, teatro realizados sobre palcos montados no adro da Catedral ou em outros pontos da Praça XV de Novembro e da rua Felipe Schmidt, conforme a expectativa de audiência, abertos a qualquer pessoa sem cobrança de ingresso ou taxa. São geralmente espetáculos oferecidos por instituições

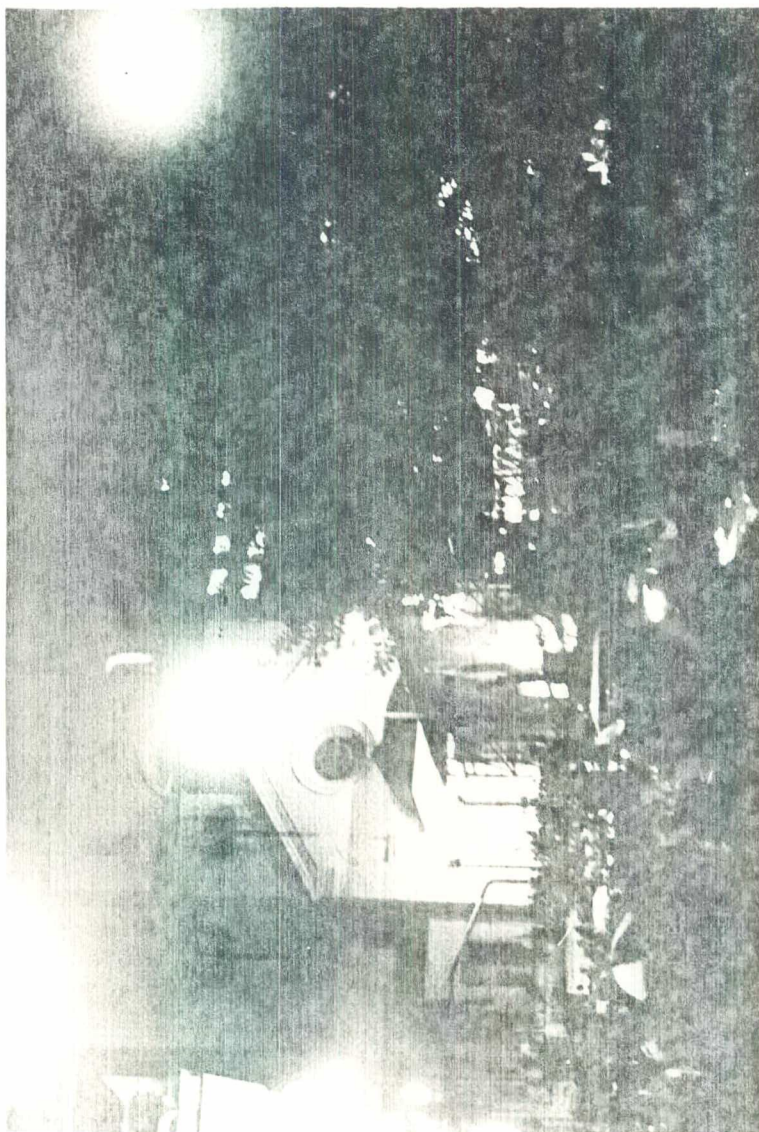


Figura 15 - Comício III e Show Musical no Adro da Catedral. Dezembro de 1989.

sem fins lucrativos, ou a expensas do poder público.

A organização espacial obedece, mais uma vez, à relação definida pelos papéis tradicionais, com a separação entre palco e platéia, onde a participação popular é de observação passiva.

3.2.1.3. Competições Esportivas

São grandes promoções de empresas privadas em conjunto com a Prefeitura. Realizam-se nos grandes espaços vagos do aterro da Baía Sul, ou aproveitando o seu sistema viário. Este local permite a montagem de palanques, arquibancadas e outras instalações especiais para cada evento. Como tal temos a Corrida de Fórmula Ford realizada anualmente dentro do calendário oficial de competições automobilísticas envolvendo rigorosa separação de público com medidas especiais de segurança e prevenção de acidentes.

Anualmente é promovido neste local o Festival da Pandorga, contando com a participação ativa do público competidor exibindo suas pipas e pandorgas em ampla área.

Os clubes de Remo estão alojados em área do aterro nas proximidades da ponte Colombo Sales e as competições são acompanhadas de terra, ora da Baía Sul, ora da Baía Norte (avenida Rubens de Arruda Ramos), conforme o vento dominante.

As rinhas de galo já tiveram grande participação popular no centro de Florianópolis, sobretudo no final do século XIX quando tal jogo era permitido e promovido em inúmeros renhedeiros locais. A participação todavia era de apostas, como qualquer jogo, não constituindo propriamente um esporte.

Dentre os eventos com maior participação popular ativa, podemos destacar:

3.2.2.1. Espectáculos Folclóricos

O Boi-de-Mamão, dramatização festiva e musical de lenda do Boi (Bumba-Meu-Boi), de inspiração açoriana como quase todas as manifestações culturais populares da região, tornou-se a mais prestigiada pelas promoções festivas realizadas nos espaços públicos do Centro Histórico de Florianópolis. Certamente pelo maior potencial cênico, pelo seu formato de fábula com enorme trânsito pelo público infantil e pela tradição popular tornou-se símbolo do folclore local. Segundo Cabral (1971) fazia parte das festas populares do ciclo natalino invadindo as ruas e praças com seu batuque e as clássicas figuras fantasiadas.

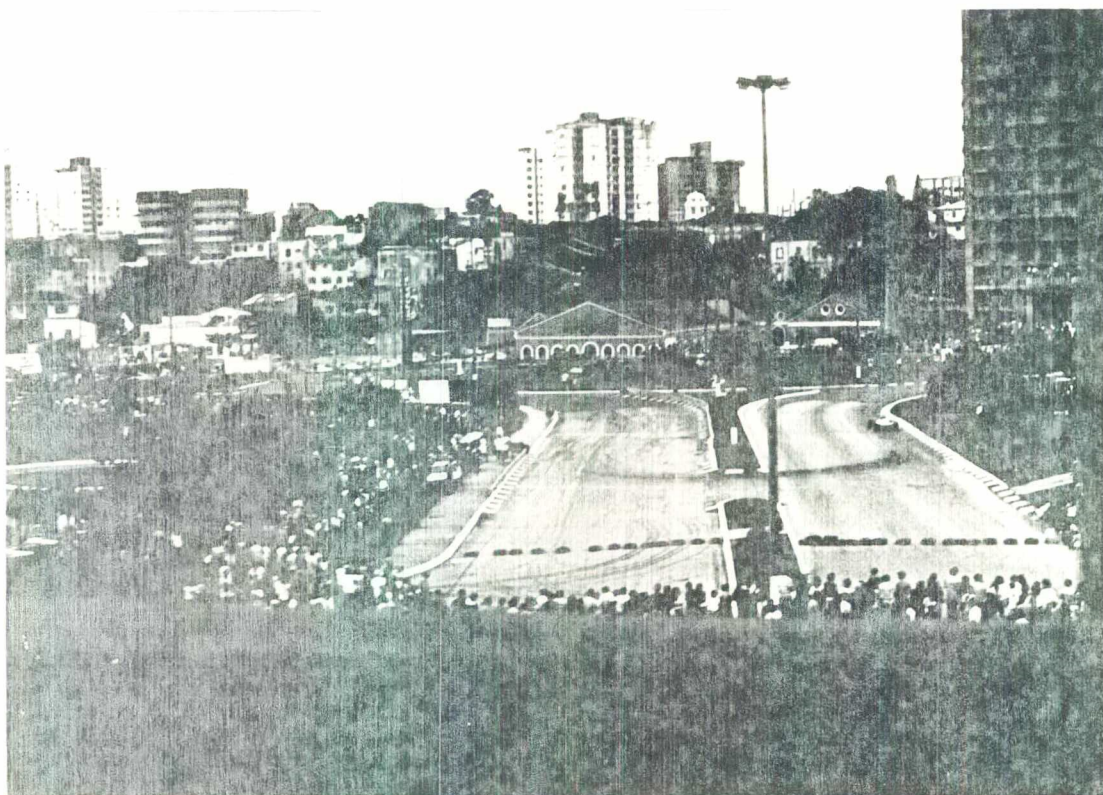


Fig. 16 - Campeonato de Fórmula Ford, com corrida realizada em 1988 no sistema viário do aterro da Baía Sul
Foto do autor

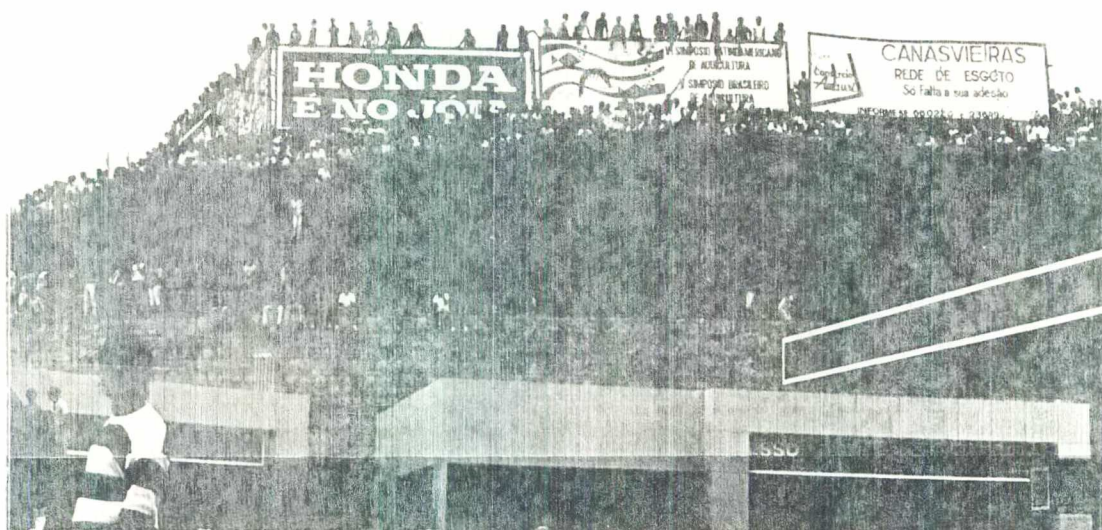


Figura 17 - O público busca visualizar o circuito.



Figura 18 - Passarela sobre as pistas do circuito.

Corrida de Fórmula Ford
Fotos do autor

Como toda festividade popular, permite participação ativa dos espectadores, principalmente de crianças que se misturam aos personagens envolvendo-se mais com alguns, como a Bernunça e a Maricota.

Eventualmente ocorrem em palco separado, sobre tablados, mas sua realização mais autêntica, embora limitada pelo tamanho do público, é em contato direto com ele, misturando-se com as figuras alegóricas, cantando, batendo palmas e aplaudindo.

Outros espetáculos mais raros promovidos nesta área são o Pau-de-Fitas, também de inspiração açoriana com menor participação ativa de público e o Casamento Caipira do período junino, promovido no interior da ilha em localidades periféricas, tornando-se mais tipicamente rural, fazendo parte às vezes de comemorações escolares.

3.2.2.2. O Carnaval

Os festejos populares do Carnaval são mais extensos em tempo e espaço, possivelmente a maior festa brasileira e com enorme participação em Florianópolis. Deixou de ser um espetáculo folclórico para tornar-se uma festa nacional.

Precedido de longa e trabalhosa preparação, envolve múltiplos eventos como a escolha do Rei Momo e da Rainha do Carnaval, os desfiles de Escolas de Samba e Sociedades Carnavalescas com seus carros alegóricos, os bailes públicos ou em salão, o desfile de blocos e de "sujos" (populares fantasiados) e a ampla participação popular através de canto, dança e batuque nas ruas e praças do Centro Histórico. (Fig. 19)

A praça XV de Novembro, as ruas Felipe Schmidt, Frederico Rolla e a área do Sambódromo recebem decoração especial alusiva aos festejos, bem como iluminação pública mais intensa. O Sambódromo, além das instalações permanentes situadas no aterro da Baía Sul abriga equipamentos e instalações para transmissão do desfile principal pela televisão.

Nos três tipos de eventos do Carnaval de rua, ou seja, no desfile de Escolas de Samba, nos desfiles de blocos e de "sujos" e nos bailes públicos, apenas no primeiro existe uma delimitação clara e definida entre o espetáculo promovido e o público espectador, graças à necessidade de organização de imagens e som para transmissão televisada.

Nos demais eventos a separação dilui-se tornando a participação espontânea mais fácil e frequente. Batuqueiros

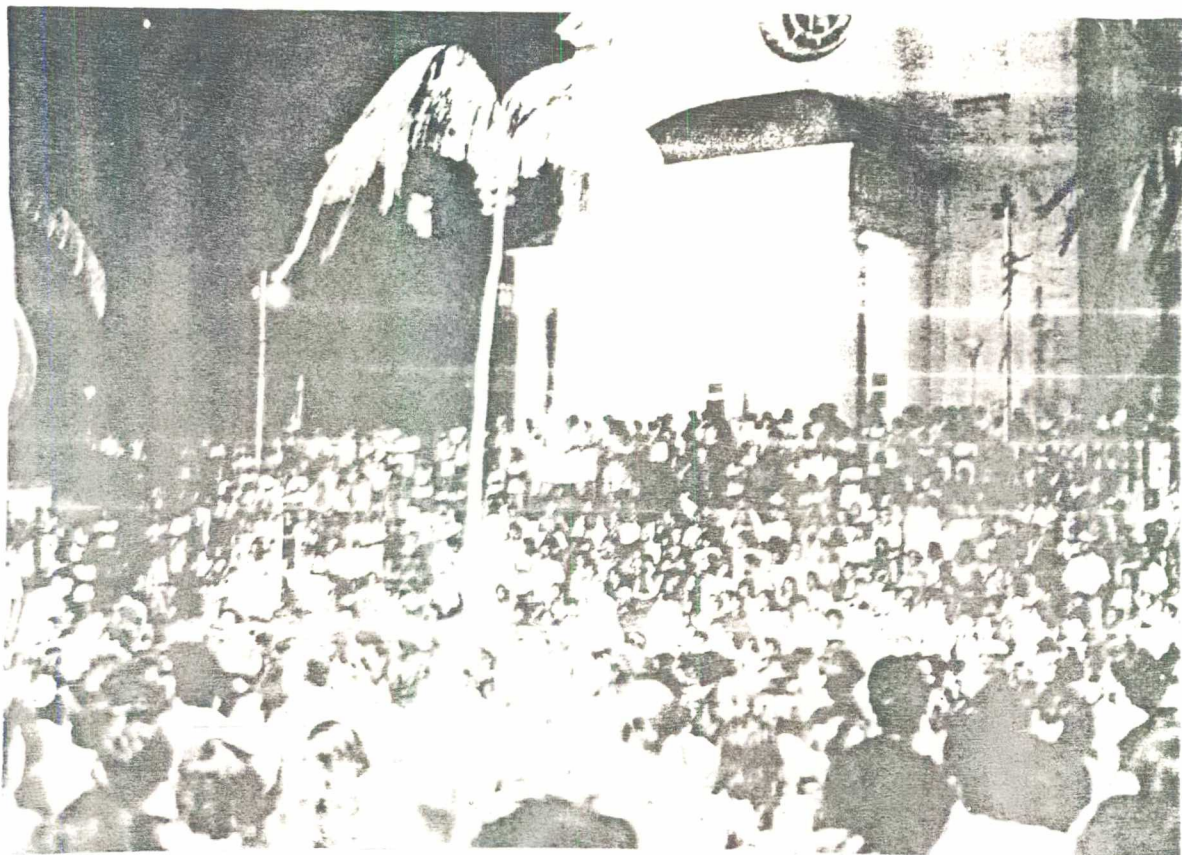


Fig. 20 - Baile Público Noturno. Carnaval de 1988.

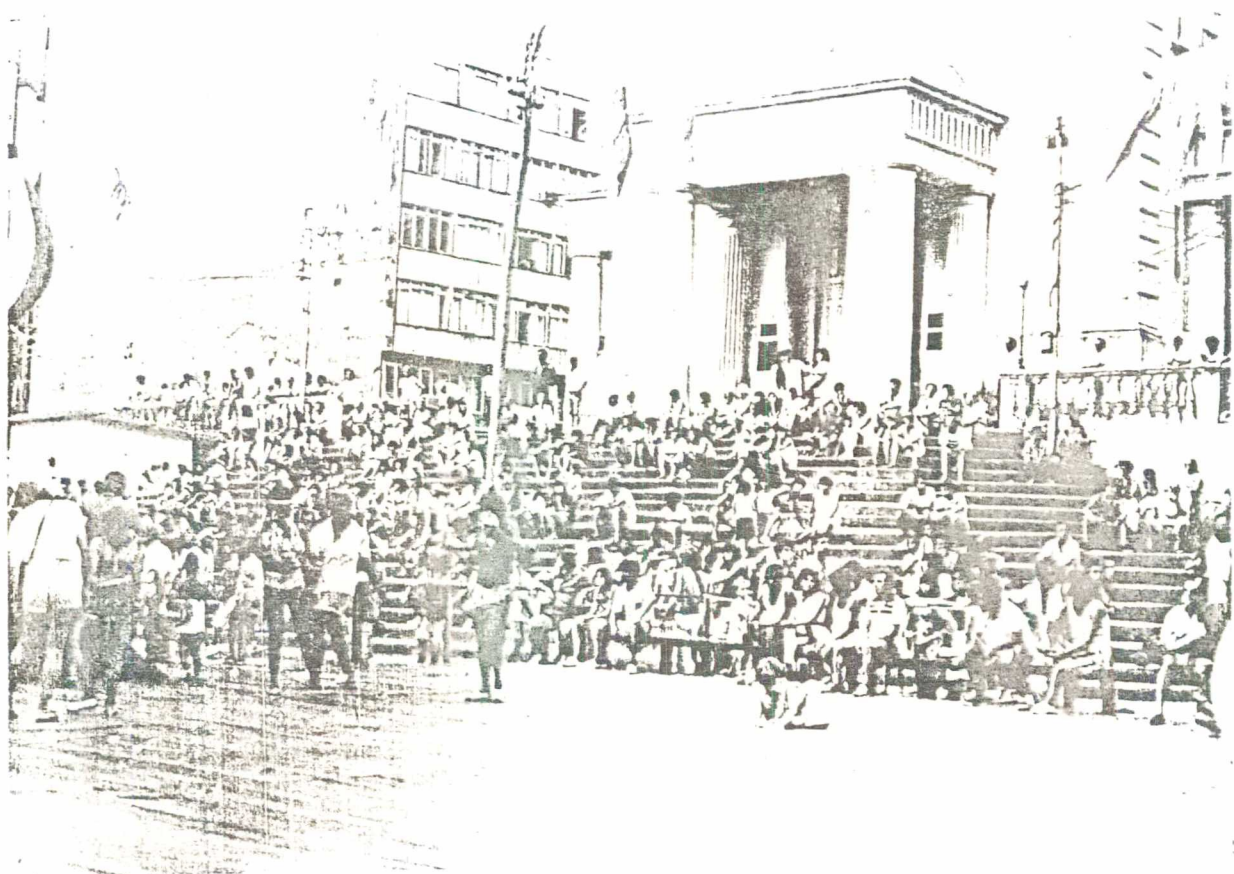


Fig. 21 - Tablado para o baile público no adro da Catedral
Carnaval de 1988

Fotos do autor

em blocos circulam pelas ruas ornamentadas num cortejo de tamanho incerto enchendo o Centro Histórico de folia, com instrumentos de percussão, cantando e dançando. Não têm percurso definido ficando à mercê da animação encontrada no caminho entre os "sujos" e outros foliões. Os "sujos" são os foliões fantasiados ou apenas mascarados, de classe mais pobre, que descem do morro e vêm misturar-se aos blocos, ou simplesmente circular pelas ruas e pela praça XV de Novembro.

Os bailes públicos são organizados pela banda e seu sistema de som, às vezes dispendo um tablado como no tablado da Catedral, porém, sem controle de acesso. A maioria deles é inteiramente aberta ao público, ficando a multidão em torno ao palco, como se fez no Carnaval de 1988 no Mercado Público, na praça XV de Novembro junto à rua Conselheiro Mafra e na avenida Hercílio Luz esquina com a rua Fernando Machado. (Fig. 20 e 21)

A participação restringe-se ao canto e à dança individual ou em grupo. Todos assumem o mesmo papel de foliões e a relação que estabelecem entre si é de "brincadeira" onde qualquer comunicação passa pelo viés do riso. Neste clima, onde afrouxam as rígidas regras comportamentais do cotidiano, certos abusos são cometidos em nome da folia, tendo como resposta a violência e exigindo intervenção policial.

Nas noites dos festejos as ruas são tomadas pela multidão, desde as vinte e duas horas até uma ou duas da madrugada, acontecendo o mesmo, embora em menor escala às tardes, principalmente no domingo de Carnaval. Nos locais onde se realizam os bailes públicos ou surgem blocos carnavalescos desfilando, como à frente do Palácio Cruz e Souza e no começo da rua Felipe Schmidt, a multidão é compacta tomando a rua com os foliões e batuqueiros ou enfileirando-se nas calçadas para melhor apreciar o desfile. Não há todavia qualquer barreira entre participantes e espectadores pois a folia é aberta à participação de qualquer pessoa.

Nestes festejos de rua quase todas as referências do cotidiano são desfeitas, particularmente as rotinas e a objetividade das atividades. As regras de comportamento são reformuladas segundo um padrão de momentânea subversão.

Trata-se entretanto de uma subversão controlada e estritamente limitada por intenções lúdicas e fugazes, pois, paira sobre ela a perspectiva de sua curta duração. Na quarta-feira de cinzas todo o clima de aparente liberdade cessa, retornando todos ao cotidiano.

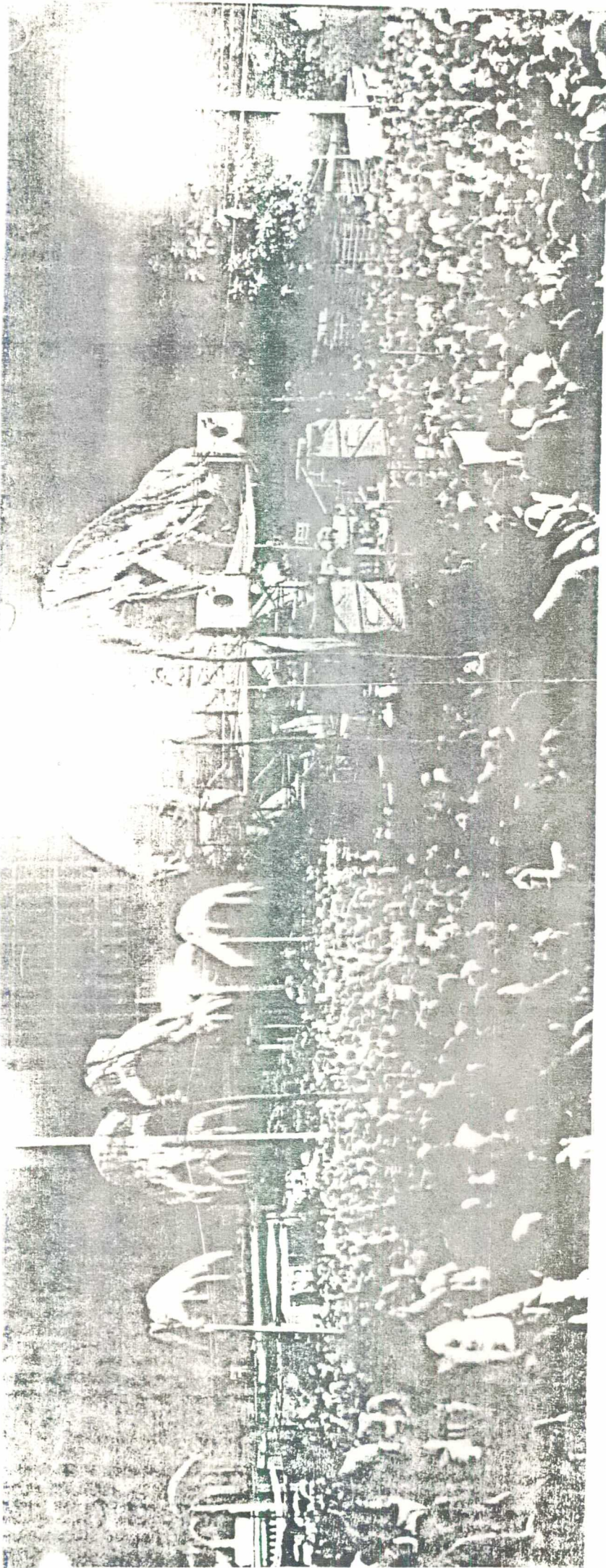


Fig. 22 - Carnaval de 1988. Baile público realizado à noite, no adro da Catedral

Foto do autor

São estreitos e perfeitament definidos os limites da folia carnavalesca, respeitando-se a não-participação convicta de parte da população que seafasta para lugares distantes, para retiros espirituais, ou permanece em casa. A folia tem pois claros limites espaciais e temporais, ficando restrita aos espaços públicos do Centro Histórico da cidade e aos seus quatro dias de realização.

A subversão não atinge a apropriação espacial porque a folia se realiza em espaços a ela destinados, cada vez mais claramente definidos e localizados. Não há portanto desapropriação, mesmo que momentânea, ou qualquer outra mudança nas regras de propriedade, pois, o espaço que é tomado pela multidão (povo) para a folia é o próprio espaço público, antes sob o domínio das regras e leis regidas pelo Estado e, agora, ainda sob o domínio das mesmas regras e leis, ensaiam-se variantes apenas de relações pessoais, de indumentária e de postura.

Nos locais da folia há uma temporária retomada do espaço público pelo povo, sob vigilância, ocorrendo em alguns momentos maior rigidez e repressão que no cotidiano.

Permanece o sentido teatral do ensaio de subversão que no plano político é realizado pela coroação do Rei Momo paradoxalmente "eleito" entre inúmeros candidatos. Está contido também na ruptura quase total das regras de comportamento do cotidiano. Entretanto esta situação de momentânea imponderabilidade no plano das relações individuais e grupais não chega a permitir a experimentação de novos sistemas ou regras, pois a ruptura é parcial e apenas se faz em nome do riso e do prazer em reverter o cotidiano numa catarse.

3.2.2.3. As Comemorações Cívicas

A comemoração do Dia da Pátria a sete de setembro de cada ano começou a ter maior participação popular e presença física nos espaços públicos da cidade a partir de meados do século passado, por iniciativa dos militares. Nesta época, como até o advento da República em 1889, comemorava-se também o aniversário natalício do Imperador. Cabral (1971) demonstra o interesse popular pela festa da Independência, com testemunho de jornais da época, embora com desagrado manifesto da elite em razão da sua natureza movimentada e ruidosa. "Em 1858, por ter querido o povo novamente associar-se a tais comemorações patrióticas, a seu modo, fazendo festa na rua, percorrendo-as bandos de mascarados, a pé e a cavalo, a imprensa reprovou 'tal espécie' de comemoração. (...) No

BAÍA NORTE



BAÍA SUL

V D A

Parada do Dia da Pátria
Parada de Fórmula Ford

Figura 23 - Eventos realizados próximo ao Centro Histórico em 1988

entanto, confessava que havia júbilo popular e até danças e mascarados apareceram no Campo do Manejo." (p.202)

Com o tempo a festa consagrou seu caráter militar, tornando o desfile de tropas das três armas o seu ponto alto. Antes as comemorações oficiais realizavam-se no Largo do Palácio (praça XV de Novembro), inclusive o desfile da tropa, as salvas de tiros de canhão, o TeDeum (1), as bandas de música. A partir da década de 1970 deslocou-se o desfile para a nova avenida Beira-Mar Norte (Rubens de Arruda Ramos), já com a participação de escolares. O grande espaço desta avenida permitiu a integração de maior número de participações no desfile, com o palanque oficial montado à altura da praça Lauro Müller, onde autoridades militares, civis e eclesiásticas passam em revista as tropas e estudantes com suas fanfarras. (Fig. 23)

A assistência do desfile posta-se ao longo dos passeios e canteiros da pista percorrida pelos pelotões em marcha sob o som das bandas e fanfarras. Acorrem principalmente os parentes e amigos dos participantes do desfile com alguns curiosos, admiradores do garbo e harmonia demonstrados nestas ocasiões pelas tropas. As escolas representadas por centenas de estudantes uniformizados são responsáveis pela maioria da assistência e número elevado de participações.

Grande parte das comemorações deste evento ocorre ao longo da semana que contém o dia sete de setembro (Semana da Pátria), adstritas às instituições civis e militares, sobretudo escolares, cabendo a livre participação popular apenas ao desfile do dia sete pela manhã.

O enorme contingente de desfilantes constitui uma considerável margem de participações tornando a festa uma das mais concorridas. Entretanto tornou-se um ritual com uma marcação rígida de papéis, com absoluta ordem e organização no desempenho das participações. A criatividade popular manifesta-se timidamente no vestuário dos escolares, na sua organização coreográfica e nos diferentes toques das fanfarras. Não poderia ser de outra forma, já que o caráter oficial da festa e sua invocação épica exigem.

Com o passar dos anos, a monotonia da repetição predominantes tem provocado o desinteresse e o esvaziamento progressivo da assistência, reduzida praticamente aos parentes e amigos dos desfilantes. Os momentos de maior descontração ocorrem no retorno da multidão, ao se desfazer e percorrer as ruas que dão acesso à avenida, principalmente a Bocaiúva e a Almirante La-

(1) Cântico religioso católico.

meço, repletas de automóveis e com alguns de seus bares mais movimentados.

Embora seja um espetáculo onde há absoluta separação entre "palco" e "platéia", os figurantes são parte da própria população, desta vez organizada e em ordem de passagem frente aos espectadores. O caráter espartano deste ritual contrasta em absoluto com o dionisíaco do Carnaval realizado em data oposta semestralmente, seguindo o antigo costume regional que associa o verão à descontração e ao contato com a natureza e o inverno ao trabalho e ao recolhimento.

3.2.2.4. Procissões e Missas Campais

As procissões geralmente têm origem na Catedral e são cortejos organizados conduzindo imagens sacras em cerimônias de veneração, saindo da porta principal da igreja, descendo as suas escadarias, circulando pela praça XV de Novembro e ruas adjacentes. São, ao contrário dos comícios políticos, cerimônias anuais realizadas geralmente nos feriados religiosos. Contam com número variável de acompanhantes, chegando as maiores a ter cerca de três mil pessoas. As mais importantes exigem grande preparação, com decoração das ruas do seu itinerário, roupas especiais para figurantes e instalação do equipamento de som no adro da Catedral.

Após percorrer um trajeto de cerca de um quilômetro, retornam à Catedral para a celebração da missa campal em seu adro, exceto a procissão do Senhor dos Passos, em que as imagens são conduzidas à Igreja do Menino Deus.

A procissão do Corpo de Cristo (Corpus Christi) tem data definida a partir da quaresma, ocorrendo geralmente entre maio e junho. É uma das cerimônias mais concorridas em fiéis, com decoração do piso ao longo de todo o trajeto, que percorre as ruas do entorno da praça XV de Novembro, sobe a rua dos Ilhéus contornando pela praça Pereira Oliveira e descendo a rua Arcipreste Paiva, quando retorna à igreja após a missa campal. (Fig. 24)

A procissão dos Passos é normalmente realizada antes do Domingo de Ramos, porém, representa a dramatização do caminho do Calvário. É, hoje, uma promoção da irmandade laica do Senhor dos Passos, sendo a Igreja oficial convidada a participar do ritual. A cerimônia do encontro das imagens do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora das Dores é realizada no adro da Catedral, após o que é seguido o cortejo das mesmas pela praça XV de Novembro, rua Tiradentes, rua Bulcão Viana e Ladeira do Menino Deus,



Figura 24 - Percurso da Procissão de Corpus Christi em 1988.

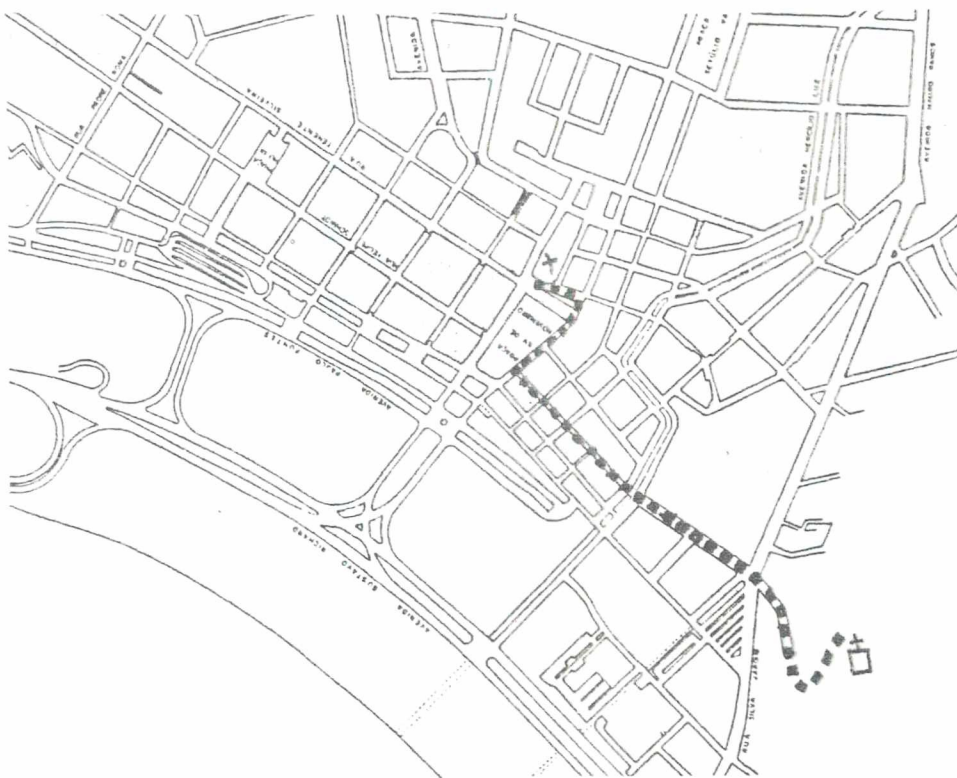


Fig. 25 - Percurso da procissão dos Passos.

encerrando-se a cerimônia na sua Capela com o sermão do Calvário. É a procissão mais concorrida, com todo o trajeto decorado com motivos diversos no piso das ruas e bandeiras alusivas nos edifícios públicos e acompanhamento de banda de música. (Fig. 25)

Cabral (1971) descreve com detalhes a realização deste ritual tradicional: "De distância em distância, erguiam-se os Passos, isto é, as estações da Via Crucis, nas quais cantava a Verônica algumas estrofes dolorosas, acompanhada por música singela, igualmente comovente." (p.249)

Figurantes paramentados e muitas crianças com vestimentas de anjos buscam maior dramaticidade ao evento.

A procissão do Senhor Morto, realizada na sexta-feira da Paixão à noite é a que se reveste de maior dramaticidade, como num funeral grandioso, na rememoração do enterro de Cristo. No cortejo estão presentes as imagens de Cristo deitado em esquife envidraçado e de Nossa Senhora das Dores em luto, conduzidas em andores por autoridades e clérigos, sob o pátio.

A procissão percorre as ruas do entorno da praça XV de Novembro, ao som de marcha fúnebre tocada pela banda de música, em lento percurso frequentemente interrompido por pausas para o cântico da Verônica. Os edifícios públicos, principalmente a Câmara Municipal e o Palácio Cruz e Souza permanecem iluminados, sem quebrar a dramaticidade acentuada pelas muitas velas acesas.

As procissões são eventos da religião católica que buscam, através da dramatização dos principais episódios da vida de Jesus Cristo, a manutenção da memória e da fé de seus fiéis, bem como a conversão de novos pelo realismo e teatralidade de seus eventos. Toda a cerimônia é evocativa e busca comunicar mensagens e ensinamentos, como num texto teatral onde a repetição do episódio lembrado contribui à acentuação do caráter mítico do fato. A mensagem religiosa alusiva ao momento evocado é oferecida à multidão de fiéis e espectadores no início ou no final da procissão por um orador, vigário ou bispo, assistida em silêncio no adro da Catedral. Quando há missa, esta mensagem integra-se ao ritual comandado pela autoridade eclesiástica de mais elevado posto hierárquico, auxiliado por diversos clérigos. (Fig. 26)

A missa é um ritual coletivo, com participação discreta de todo o público, porém com uma configuração sempre bem definida e padronizada.

A procissão tem o mesmo caráter, com uma participação de público bem definida e marcada, havendo casos em que



LEGENDA



-  Púlpito
-  Público

Figura 26
Sermão pronunciado antes das
procissões

os atores são paramentados para maior realismo da teatralização . Não há possibilidade de alteração episódica do texto, nem da forma de participação, estabelecendo-se uma relação rígida entre palco e platéia, entre personagens e texto, conduzindo a uma comunicação uni-direcional.

As procissões e as missas campais já foram momentos de maior importância e significação para a população local, sobretudo no século XIX e começos do século XX, quando chegaram a promover-se cerca de dez festas religiosas e quatro festas populares de cunho religioso, além das festividades cívicas e profanas. Segundo Cabral (1971) algumas celebrações religiosas acumulavam um caráter cívico, ao serem integradas por autoridades civis e militares, como é o caso da festa do Corpo de Deus, custeada pela Câmara e posteriormente pela presidência da Província.

As festas religiosas com maior participação da Igreja, além das três citadas que restaram eram, segundo Cabral (1971), a Procissão das Cinzas, a dos fogaréus, da Páscoa, de São Sebastião, dos Navegantes, de Nossa Senhora do Desterro e de Nossa Senhora da Graça. Além destas haviam as festas populares de cunho religioso como a do Divino, da Santíssima Trindade, do Terno de Reis (Reisado) e as festas juninas que antes eram realizadas também na praça da Catedral e foram suprimidas permanecendo em localidades do interior da ilha.

A própria Igreja admite, segundo testemunho de representantes estudiosos de Teologia, que estes eventos têm sido preteridos pelo uso dos meios de comunicação eletrônicos, considerados de maior alcance e penetração na pregação e divulgação da doutrina cristã, contestando pois a eficácia da dramatização. Há certa perplexidade diante do esvaziamento destes rituais. Asseveram que a manutenção das três grandes festas religiosas dá-se por esforço e iniciativa dos fiéis, como tradição local, e pelos religiosos mais progressistas que valorizam o contato direto dos pregadores com os fiéis.

Esta suscinta descrição das atividades exercidas pela população nos espaços coletivos do Centro Histórico de Florianópolis já denuncia a presença dos sinais de mudança decorrentes da modernização.

Os próprios rituais, que se constituem pela sua natureza como expressões de culto à tradição e à memória histórica, modificam-se. A resistência a estas mudanças culturais cede à pressão dos costumes introduzidos pelas novas gerações formadas

pela modernidade. Porém, os próprios ritos contêm em si os elementos que permitem sua transformação.

A cultura local construída pelas relações seculares dos homens entre si e com a natureza modifica-se a partir de influxos externos, passando por alterações que atingem sobretudo a esfera pública, com profundas mudanças de significado para os espaços públicos.

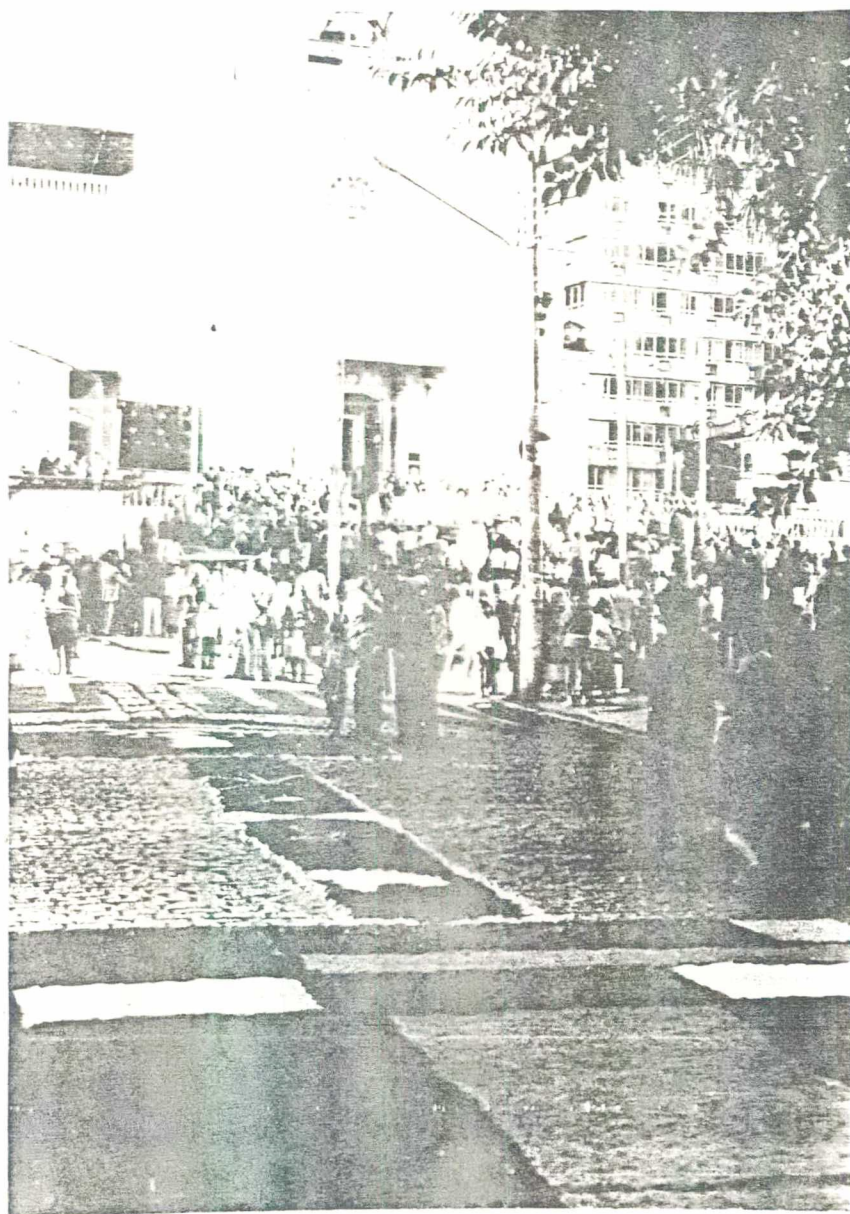


Fig. 27 - Procissão de Corpus Christi em 1988, com decoração do piso

Foto do autor

3.3. A Modernização da Esfera Pública

* A esfera pública é um conceito amplo utilizado por Habermas (1962) abrangendo as atividades humanas exercidas por oposição às atividades privadas. Utilizando-se de critérios basicamente sociológicos revela sua origem como produto da polaridade público-privado e sua evolução histórica. A esfera pública surge do avanço do capitalismo sobre as estruturas sociais medievais na Europa do século XIII, tendo como objetivo o controle dos cidadãos sobre as decisões do Estado absolutista.

Consolida-se na prática intelectual de uma elite que se constituiu como público crítico e literariamente culto nos salões e nos cafés burgueses e na prática política da Inglaterra do início do século XVIII.

A esfera pública burguesa, segundo este autor, modifica-se com a transformação do capitalismo liberal, de curta duração, e com o advento dos monopólios. A progressiva expansão da sociedade capitalista de massas mantém a separação entre Estado e Sociedade e a dissolução gradativa dos limites entre a esfera pública e a esfera privada. Surge uma área intermediária, dissolvendo-se a versão liberal, alterando as funções do Estado que se privatiza, sobretudo na área econômica. A imprensa e a formação da "opinião pública" são tomadas como referência para caracterizar a profunda mudança estrutural da esfera pública a partir da industrialização e do advento das massas "consumidoras".

A comunicação torna-se dominada pela indústria cultural e, através da mediação da imprensa e da mídia eletrônica, atua de forma uni-direcional, isto é, do produtor para o consumidor.

Os efeitos desta transformação da esfera pública no plano espacial das cidades realizaram-se basicamente através da reestruturação do sistema de circulação e transportes. Surge um Urbanismo marcado pela nova racionalidade funcionalista, onde a dicotomia público-privado é superposta pelos esquemas de zoneamento.

As mudanças da esfera pública no Brasil dão-se já dentro da vigência do capitalismo mercantil, que atribuía às cidades brasileiras do período colonial as funções de entrepostagem e taxaço de mercadorias coletadas e enviadas à Metr pole. Têm portanto, segundo Oliveira (1982), um caráter "cartorial", isto  , de agentes fiscais do Estado Português. Não há portanto uma

esfera pública definida, assim como ainda não existe "vida urbana."

A implantação das fortificações na vila do Desterro por Silva Paes na primeira metade do século XVIII, prende-se à função de defesa deste sistema.

O caráter aparentemente "feudal" emprestado por historiadores à organização social da época corresponde a esta natureza geo-política e militar da ocupação territorial.

k A esfera pública aparece com o surgimento de uma burguesia brasileira que, nesta região de Santa Catarina, ocorre após o período de intensas migrações da segunda metade do século XIX, já no período imperial. No Desterro a presença da representação do Governo Imperial sediada na capital da província mantém a forma centralizada de seu espaço público, apesar da influência crescente da burguesia comercial-exportadora local.

Estabelece-se aqui, no plano do seu espaço público, um contraste absoluto com a forma estrutural criada pelos colonos europeus em outras cidades, sobretudo os de origem alemã. Nas cidades do vale do Itajaí e do nordeste do Estado de Santa Catarina a forma espacial não apresenta uma polaridade pontual, centrada numa praça colonial como o modelo vicentista, mas mostra outra configuração. Peluso (1953) aponta esta diferenciação que pode ser percebida na polaridade exercida por uma rua comercial, onde há igrejas de culto católico e protestante que, assim como as sedes de instituições públicas, confundem-se com as demais edificações privadas de porte.

x Em suma, nas cidades coloniais portuguesas, onde há o domínio primordial do Estado, a praça colonial e as edificações -símbolo de sua presença, bem como as da Igreja Católica, são os espaços de destaque do conjunto. Nas cidades coloniais alemãs do final do século há o equilíbrio entre estas instituições e as organizações do setor privado, onde o monumentalismo das edificações somente vai surgir recentemente, no período de modernização e, mesmo assim, sem privilegiar necessariamente os edifícios públicos.

O significado dos espaços públicos portanto é diferente em ambos os casos, embora se perceba a progressiva aproximação acentuada após o início do período de modernização, quando o crescimento acelerado das cidades já terá a marca do funcionalismo que unifica formalmente e uniformiza a estrutura interna das cidades. Trata-se do modelo internacionalista importado e

que se expressa sobretudo na arquitetura modernista e nos equipamentos de transporte coletivo, mas sobretudo nas grandes instalações de infra-estrutura urbana e equipamentos, como avenidas, estações rodoviárias, centros de compras, etc.

A privatização da esfera pública tem inúmeras e diferenciadas facetas, mas a sua característica principal é a transformação dos elementos materiais e dos serviços públicos em "mercadoria."

No plano espacial, as áreas comunais, as áreas devolutas, o rocío, as antigas áreas de uso comum e sob jurisdição direta do Estado são apropriadas pelo mesmo, que delas dispõe para finalidades diversas. As áreas públicas urbanas e as edificações públicas também passam por este processo de privatização. Surge dentro das regras do sistema a especulação imobiliária, apropriando-se das terras urbanas super-valorizadas pelo acelerado adensamento das cidades.

A Prefeitura de Florianópolis, assim como inúmeras outras sediadas em municípios maiores e mais organizados, começa hoje a participar mais intensamente do jogo imobiliário, buscando recursos para sua política territorial e ordenadora. Para isto lança mão dos princípios da separação do "Direito de Construir" em relação ao "Direito de Propriedade."

As mudanças da esfera pública fazem-se sentir no uso dos espaços públicos sobretudo em decorrência da separação cada vez mais acentuada entre trabalho e lazer, com seus tempos bem definidos e comuns, marcando as chamadas jornadas de trabalho. Juntamente com a intensificação dos fluxos, a rotina marcada das circulações passa a caracterizar o uso das ruas e praças, determinando o surgimento de atividades subsidiárias.

A publicidade comercial surge em função dos fluxos, marcando também a paisagem, como elementos de comunicação às vezes tão fortes quanto algumas edificações de porte.

Em Florianópolis o crescimento do setor privado, evidenciado na massa compacta dos edifícios do Centro Histórico que se impôs à paisagem, foi acompanhado da criação de grandes áreas públicas aterradas sobre o mar das baías o que permitiu abrigar eventos com afluência de grandes massas humanas. O uso dos espaços públicos portanto também cresceu em escala dando lugar a espetáculos musicais e esportivos em seus espaços abertos.

Dentre os rituais estudados podemos destacar os que significam inovações nos usos dos espaços públicos: são os comi-

cios e as manifestações políticas, com suas passeatas e atos públicos. Aqueles definidos pelo calendário eleitoral e estas decorrentes dos movimentos populares em curso. Aí estão indícios de nova função que desponta para os espaços públicos da área central. Sua forma de apropriação espacial ainda se prende muito as formas tradicionais, isto é, a separação nítida entre "palco" e "platéia" e às programações rígidas.

4. CONCLUSÃO

— *Comunidade*

Não se trata aqui de descobrir uma nova função redentora do patrimônio histórico dos antigos centros das cidades, mas de buscar o seu novo papel, a sua "vocação" neste processo. Sem dúvida é o caminho para a salvaguarda do que resta da arquitetura histórica, atenuando os efeitos da ruptura cultural trazidos pela modernização.

↗ Esta vocação certamente tem raízes na origem da organização espacial do Centro Histórico, caso contrário não haveria vestígio das funções originais. Entretanto não se trata de preservar estes espaços e edifícios antigos transformando-os em peças de museu de caráter arqueológico. Tal tem sido a política mais frequente que resulta de uma utilização apressada da referência do senso comum.

↘ Trata-se de economizar espaço construído, buscando reciclar as antigas edificações oferecendo-lhes usos compatíveis com as suas estruturas internas, evitando-se o desperdício de recursos materiais e humanos em um setor da economia de extrema carência como é o da construção civil.

Foram anteriormente expostos alguns elementos que permitem explicar o processo de formação do Centro Histórico de Florianópolis e sua transformação a partir da década de 1950. Das atividades múltiplas que se exercem nesta área foram destacados os principais usos coletivos de suas áreas públicas abertas, principalmente das praças e principais ruas comerciais.

O enfoque escolhido para análise da transformação dos usos destes espaços privilegiou a participação dos cidadãos nos rituais cívicos, religiosos e festivos, que se dão fora do cotidiano. Estes eventos culturais, em contraste com a atividade normal da população, são entendidos como instantes especiais da vida urbana em que a sociedade expõe publicamente seus valores, seus anseios e a memória que deseja preservar.

O processo de desenvolvimento em curso no país e nesta região, explicitado através de alguns de seus aspectos locais, permite o lançamento de algumas hipóteses de tendência para a transformação do modo de vida e da cultura desta sociedade. A massificação dos usos e funções da área central, pode conduzir a disfunções e à perda da qualidade dos espaços públicos. Associada ao processo de privatização generalizado decorrente do novo modo de vida importado que privilegia o consumo, esta nova forma cultural sobreposta à antiga forma paroquial pode conduzir à ruptura total com o passado e com as raízes culturais desta população.

Por outro lado este mesmo processo traz a perspectiva de aproximação nas relações entre Sociedade Civil e Estado, assim como nas relações grupais e individuais. Isto nos permite examinar o potencial de uso destas áreas para o pleno exercício da cidadania. As políticas de planejamento e reorganização espacial necessárias à preservação dos direitos humanos, das condições ambientais e da melhoria da qualidade de vida urbana, são o escopo do estudo.

A pesquisa e a reflexão recentemente aplicada à questão da mudança de significado da esfera pública e dos espaços públicos das cidades em franco processo de modernização revelam um trajeto longo e variado desde a antiguidade clássica. É Tzonis (1978) quem melhor sintetiza esta trajetória milenar; "Vimos que a definição de cidade mudou através do tempo: após ter apresentado um corpo mágico, ela tornou-se um objeto inanimado, depois um processo mecânico e afinal um fenômeno de afetividade social. No decorrer desta evolução tomou-se cada vez mais consciência da importância da comunicação e, finalmente, esta viu-se atribuir o primeiro lugar nas discussões sobre a cidade." (p.132)

Tzonis (op. cit.) entende comunicação como uma função adequada às cidades contemporâneas. "A palavra comunicação designa um processo de compartilhar pensamentos, idéias, opiniões, sentimentos e informação." (p.121) Apesar de atestar que a participação autêntica na comunicação urbana seja uma perspectiva remota, vê revelar-se na relação do cidadão com o espaço urbano uma comunicação de sentimentos (emoções). "Isto é, esta comunicação não transmite conhecimentos nem conselhos úteis, nem informações: ela transmite um sentimento. o sentimento que dá ao cidadão a consciência de fazer parte de um conjunto social." (p.131)

Esta afetividade é estimulada nas atividades coletivas em âmbito urbano e tem sua maior realização nos rituais realizados nos espaços públicos do Centro Histórico, onde os símbolos máximos da vida social, plenos de História, estão materializados no cenário urbanístico. É a trama urbana, constituída basicamente pelo conjunto dos espaços públicos que conforma este gigantesco cenário para vida social. "Ela tem muito mais força que qualquer alegoria didática ou qualquer propaganda colossal que domina quilômetros de espaço habitado." (p.131)

Neste caso o cenário casa-se perfeitamente com o ritual ali realizado, onde a memória e a tradição são mais uma vez cultuadas e a visualização da multidão ordenada, comungando com as mesmas idéias e sentimentos, multiplica a força da mensagem.

Esta deve ser a razão explicativa da força e do magnetismo das ações coletivas que sempre diferem das atitudes individuais. O voto secreto não é o mesmo que o voto aberto frente à multidão de eleitores. O ato de ver e de ser visto pelos outros em conjunto altera a relação sujeito-objeto nestes momentos de decisão.

A descoberta desta vocação histórica para o espaço público sugere para o Centro Histórico de Florianópolis uma imagem ampliada dos elementos de comunicação observados nos seus ritos coletivos: organização do espaço para a comunicação, meios para a ampla divulgação de mensagens e momentos de livre manifestação cênica ou oral. Entretanto, esta imagem ideal da comunicação social, fruto do encontro entre a racionalidade do processo político e da disponibilidade física de um espaço público para esta função, existe apenas como possibilidade. Sua realização poderá evoluir se a contribuição dos inúmeros atores sociais envolvidos no processo de modernização se der nesta direção.

A influência da ação do Estado é decisiva neste processo conforme pudemos atestar nos capítulos iniciais.

A ação exercida sobre os espaços públicos pela Prefeitura em termos de sua reorganização, através dos investimentos em obras, da legislação municipal que regula a ocupação do solo e a construção civil, decorreu de decisões não compartilhadas com todos os segmentos sociais envolvidos na gestão da cidade. Limitações e dificuldades na implementação

dos projetos resultam da falta de apoio político e de uma sólida base popular. As soluções dadas aos problemas espaciais nesta forma centralizada de gestão acabam por tornar-se novos problemas. As intervenções são pontuais geralmente e reduzem o processo de construção do espaço e sua constante reprodução ao seu aspecto material e técnico. Sendo o espaço organizado produto da interação dos agentes sociais em presença na cidade, deduz-se que o seu planejamento extrapola a mera intervenção físico-espacial atingindo o nível da reorganização social.

Trata-se então de restabelecer em primeiro lugar as relações entre Estado e Sociedade Civil em seu momento de pensar e decidir sobre a organização do espaço.

Para que tais relações se restabeleçam em bases democráticas serão necessárias mudanças institucionais de abertura à participação popular ao processo de gestão, mudanças nas relações entre os diversos grupos sociais no sentido do diálogo e mudanças no plano cultural com ampliação do conhecimento da sociedade sobre si mesma e seus problemas.

Esta transição exige condições especiais de comunicação entre os atores envolvidos, com a incidência de instrumentos diversos dentre os quais despontam os próprios espaços públicos como lugares de encontro e livre debate.

O sujeito destas mudanças, conforme já vimos, tem origens diversas, abrangendo todo o espectro social, além do Estado e das instituições públicas que o compõem. Lobato Correa (1989) aponta os demais agentes sociais que produzem o espaço urbano: são os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado já citado e os grupos sociais excluídos (favelados). Entretanto o Estado tem um papel destacado atuando no setor público e e no setor privado, dispondo de recursos e infra-estrutura para ações efetivas de reorganização espacial.

A iniciativa destas ações, todavia, será dos grupos sociais organizados pois, conforme Correa (op. cit.) "A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista isto é, condições que viabilizem o o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais

e suas frações." (p.24) A ação do Estado portanto está ao sabor das pressões hegemônicas e o resultado de sua ação beneficiará a quem tiver mais força neste confronto.

A interpretação oferecida para este jogo de forças, responsável pelas decisões sobre a organização do espaço e seus resultados, reforça a necessidade de ampliação do debate público.

Para objetivar e enriquecer o debate sobre o futuro da cidade e a gestão dos seus espaços públicos, contribuindo para a materialização de decisões amplamente discutidas é necessário aprofundar seus estudos empíricos e criar imagens verdadeiras dos seus projetos. Estas imagens projetuais devem estar comprometidas com sua viabilidade social e econômica.

Encerrando a dissertação e mantendo aberta a oportunidade de continuidade do trabalho, ousamos lançar algumas alternativas de implementação da vocação deduzida para os espaços públicos do Centro Histórico de Florianópolis. A saber:

- Política de incremento da livre comunicação, através da melhoria das condições de: restabelecimento dos contatos primários, exercício de debate público; participação ampla dos cidadãos nas decisões de âmbito local, divulgação de conhecimento e informações sobre as questões em debate.

- Introdução de espaços para a experimentação em comunicação, incluindo teatro, música e artes plásticas.

- Concentração de promoções culturais e eventos otimizando o uso destas áreas públicas.

- Ampliação das atividades de museu.

- Realização de exposições de obras raras.

- Manutenção de representações de instituições públicas nestas áreas para contato com a população e divulgação de informações, além da prestação de serviços.

- Privilegiamento da circulação de pedestres, com facilitação de acesso por transporte público.

- Recuperação do ambiente natural, através da disseminação de flora e fauna, recuperação das águas e da paisagem.

- Remanejamento das praças e logradouros para

oferecer condições de convivência e lazer.

- Estabelecimento de equipamentos e espaços adequados ao uso de crianças, idosos e portadores de deficiência física em todas estas áreas.

Este conjunto de políticas sugeridas podem referenciar projetos e outras intervenções aplicáveis ao objeto estudado. A imagem virtual conseguida neste esforço de antevisão do futuro da cidade de Florianópolis tem a intenção de contribuir para a construção de um renovado quadro de vida urbana que privilegie as condições de realização plena dos aspectos positivos da modernização, sobretudo aqueles que facilitem a prática da democracia.

As condições mínimas necessárias à execução desta tarefa serão dadas pela garantia da discussão pública aberta aos cidadãos e permanente, isto é acompanhando todos os passos de sua realização.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, Christopher - "La Ciudad no es un Árbol." In: Aspectos de Matemática y Diseño, Tusquets, Barcelona, 1969.
- "The City as a Mechanism for Sustaining Human Contact." U.C. Berkeley, 1966. Mimeo.
- ANDRADE, Djanira M. - "A Influência da Ponte Hercílio Luz no Desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina." (Dissertação de Mestrado), UFSC, Florianópolis, 1978.
- ARAÚJO, Anete Castro de - "Apropriação do Espaço Urbano em Centros Históricos - O Caso do Pelourinho." Trabalho a apresentado ao 3º Encontro da ANPUR. 1989. Mimeo.
- AYMONINO, Carlo - "O Significado das Cidades." Presença, Lisboa, 1984.
- BERNDT, Heide et alii - "La Arquitectura como Ideología." Nueva Visión, Buenos Aires, 1974.
- BIGARELLA, João J. e SALAMUNI, Riad - "Ocorrências de Sedimentos Continentais na Região Litorânea de Santa Catarina e sua Significação Paleo-climática." In: Boletim Paranaense de Geografia, nº 4/5, 1961.
- CABRAL, Oswaldo R. - "História de Santa Catarina." Laudes, Rio de Janeiro, 1970.
- "Nossa Senhora do Desterro." UFSC, Florianópolis, 1971. (4 vols.)
- "As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia." Conselho Federal de Cultura - IHGB, Rio de Janeiro, 1972.
- CASTELLS, Manuel - "La Questione Urbana." Marsilio, Venezia, 1974.
- "Problemas de Investigação em Sociologia Urbana." Presença, Lisboa, 1975.
- "Urbanismo, Crise e Qualidade de Vida." In: Projeto, nº 57, São Paulo - 1983.

- CERASI, Maurice - "Lo Spazio Collettivo della Città." Gabrielle Mazzotta, Milão, 1979.
- CHOAY, Françoise - "Semiologie et Urbanisme." In: CHOAY, Françoise et alii - Le Sens de la Ville. Éditions de Seuil, Paris, 1972.
- "El Urbanismo. Utopías y Realidades." Lumen, Barcelona, 1976.
- CORDEIRO, Helena K. - "O Centro da Metrôpole Paulistana - Expansão Recente." USP/I. G., São Paulo, 1980.
- CORREA, Roberto Lobato - "O Espaço Urbano." Ática, São Paulo, 1989.
- DIAS, Wilmar - "Florianópolis, Ensaio de Geografia Urbana." In: DEGC - Boletim Geográfico, nº 27. Florianópolis, 1947.
- DUARTE, Aluizio C. - "A Área Central da Cidade do Rio de Janeiro." Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1967.
- EISENSTADT, S. - "Modernização: Protesto e Mudança." Zahar, Rio de Janeiro, 1969.
- FERREIRA, Francisco W. - "Planejamento Sim-Não." Paz e Terra, São Paulo, 1983.
- FRÉMONT, Armand - "La Région: Espace Vêcu." P.U.F., Paris, 1976.
- GEIPOT - Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - "Estudo de Transportes Urbanos da Grande Florianópolis." Florianópolis, 1978.
- GRAEFF, Edgard A. et alii - "Plano Diretor de Florianópolis - Estudos Preliminares." Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1952. Mimeo.
- "Plano Diretor de Florianópolis." Imprensa Oficial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1952.
- HABERMAS, Juergen - "Mudança Estrutural da Esfera Pública." Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.
- HARTUNG, Miriam - "A Rua Conselheiro Mafra, o Espaço dos 'Indesejáveis'." Trabalho apresentado para o Curso de Pós-Graduação em Antropologia da UFSC. Florianópolis, 1979. Mimeo.

IPIUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
 "Plano Diretor de Florianópolis - Distrito Sede." PMF,
 Florianópolis, 1989. (Vol. I)

LAMPARELLI, Celso - "Metodologia do Planejamento Urbano."
 In: Planejamento Urbano em Debate. Cortez e Moraes,
 São Paulo, 1978.

LANGENBUCH; Juergen R. - "Estruturação da Grande São Paulo - Estudo de Geografia Urbana." IBGE, Rio de Janeiro, 1971.

MAFFESOLI, Michel - "O Tempo das Tribos - O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa." Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1987.

- "As Duas Culturas." In: Folha de São Paulo, 20/08/88. São Paulo, 1988. (p.H6).

→ MATTA, Roberto da - "Carnavais, Malandros e Heróis." Zahar, Rio de Janeiro, 1983.

OLIVEIRA, Francisco de - "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista." In: Seleções CEBRAP, nº 1, Brasileira, São Paulo, 1977. 3a. Ed. (pp. 7/78).

- "O Estado e o Urbano no Brasil." In: Espaço e Debates, nº 6, São Paulo, 1982. (pp. 36/54)

PAULI, Evaldo - "A Fundação de Florianópolis." Edeme, Florianópolis, 1973.

PELUSO Jr., Victor A. - "O Crescimento Populacional de Florianópolis e suas Repercussões no Plano e na Estrutura da Cidade." In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 3a. fase, Nº 3, 1981.

- "Tradição e Plano Urbano - Cidades Alemãs e Portuguesas no Estado de Santa Catarina." Comissão Catarinense de Folclore, Florianópolis, 1953.

PEREIRA, Nereu do V. - "Desenvolvimento e Modernização." Lunardelli/UESC, Florianópolis, sem data.

REMY, Jean - "La Ville: Phénomène Économique." Ouvrières, Paris, 1966.

REMY, Jean e VOYÉ, Liliane - "La Ville et l'Urbanisation." Ed. Duculot, Gembloux, 1976.

SANTA CATARINA, Assembléia Legislativa do Estado - "Ilha de Santa Catarina - Relatos de Viajantes Estrangeiros"

nos Séculos XVIII e XIX." Florianópolis, 1979.

SANTA CATARINA, Centro de Assistência Gerencial - CEAG/SC
"Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina." Florianópolis, 1980.

SANTOS, Carlos Nelson F. (coord.) - "Quando a Rua Vira Casa." IBAM/FINEP/Projeto, Rio de Janeiro, 1985. 3a. Ed.

*SANTOS, Milton - "O Centro da Cidade do Salvador - Estudo de Geografia Urbana." Universidade da Bahia, Salvador, 1959.

- "Espaço e Sociedade." Vozes, Petrópolis, 1970.

- "Da Sociedade à Paisagem - O Significado do Espaço Humano." Rio de Janeiro, 1978. Mimeo.

- "O Espaço Dividido," Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1979.

- "Metamorfoses do Espaço Habitado." Hucitec, São Paulo, 1988.

SENNETT, Richard - "O Declínio do Homem Público." Cia. das Letras, São Paulo, 1988.

SILVA, Etienne L. - "O Desenvolvimento Periférico e a Formação da Rede Urbana de Santa Catarina." UFRGS, Porto Alegre, 1978. (Mimeo.)

TZONIS, Alexandre e LEFAIVRE, Liâne - "Les Espaces de Communication dans la Société Moderne." In: Cultures, vol. V, nº 4. UNESCO, Paris, 1978. (pp. 121/133).

VANCE Jr., James E. - "Focus on Downtown." In: BOURNE, Larry S. (edit).-Internal Structure of the City - Readings on Space and Environment. Oxford University Press, New York, 1971. (pp. 112/120).

WILHEIM, Jorge - "O Substantivo e o Adjetivo." Perspectiva, São Paulo, 1976.